

COLIGAÇÃO “MUDAR É POSSÍVEL”

PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE - PSOL

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO - PCB

PROGRAMA DE GOVERNO

TARCÍSIO MOTTA - Governador

IVANETE SILVA - Vice

Rio de Janeiro

6 de Agosto de 2018

versão 1.0

SUMÁRIO

Planejamento e gestão
Finanças públicas
Previdência social
Assistência social
Emprego e renda
Segurança pública
Meio ambiente
Saneamento ambiental
Segurança alimentar e nutricional
Moradia
Mobilidade
Acessibilidade
Saúde
Educação
Cultura
Comunicação
Memória e verdade
Lazer
Esporte
Turismo
Proteção aos animais

APRESENTAÇÃO

Outro estado do Rio é possível

O **Programa Movimento** da Coligação “Mudar é Possível” (PSOL/PCB) reúne em um plano de governo as propostas de políticas públicas elaboradas por aquelas e aqueles que se dedicam a lutar por uma vida mais livre, solidária e feliz. Trata-se de um trabalho em aberto e em permanente produção. Convidamos todas e todos a participarem colaborando através do site: www.tarcisioeivanete50.com.br. Queremos construir nosso programa junto com você.

O presente documento apresenta uma plataforma de ações, ampla e transversal às políticas setoriais, para garantir a participação popular, promover a justiça socioambiental e defender as liberdades daqueles que são oprimidos em razão de sua classe, gênero, raça, idade, sexualidade, religião, corpo ou cultura. Acreditamos, assim, que outro estado do Rio é possível!

Acima de tudo, defendemos o fortalecimento da democracia não somente nos gabinetes do Estado, mas em todos os espaços públicos, como escolas e hospitais, através da ampliação de mecanismos de acesso à informação, de consulta popular e de controle social nos processos de tomada de decisão. Desejamos uma democracia por inteiro, não pela metade. Mais do que uma reforma institucional, almejamos a transformação do poder e da forma de exercê-lo. Acreditamos que governar não é dirigir. Governar é dar as condições para que as pessoas possam dirigir a si mesmas.

Precisamos ouvir as vozes das ruas e construir um novo modelo de governo com e para as pessoas. Para isso, o poder público não pode se comportar como um balcão de negócios. Ao contrário, deve funcionar como um instrumento de promoção do interesse público. Da arte ao lazer, da saúde à educação, da segurança à mobilidade, do esporte ao carnaval, nossa meta é trabalhar por uma cultura de direitos que nos permita construir um novo futuro para o estado do Rio de Janeiro.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Restabelecer a função social da propriedade como a diretriz fundamental do planejamento socioambiental do estado;**
- ⊗ **Valorizar o servidor público**, por meio de capacitação, melhoria das condições de trabalho, ampliação do plano de carreira, elaboração de políticas contra assédio moral e sexual, redução dos cargos comissionados e realização de novos concursos públicos para contratação de pessoal;
- ⊗ **Implementar uma política estadual integrada de recrutamento, seleção, capacitação, formação e avaliação contínua dos servidores**, tendo a gestão por competências como diretriz de governo e fomentando a profissionalização do serviço público orientado para as necessidades dos cidadãos;
- ⊗ **Reestruturar a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG)** como órgão central de planejamento, monitoramento e gestão do Governo, com o objetivo de garantir uma ação governamental integrada e apoiar as demais secretarias de Estado na produção e disseminação de dados estatísticos e cartográficos, na organização dos processos de participação popular, na avaliação da prestação de serviços e no planejamento socioambiental das diferentes regiões do estado;
 - **Criar uma equipe setorial da SEPLAG em cada secretaria de Estado para monitoramento e avaliação de políticas públicas**, com o objetivo de garantir celeridade e eficiência dos processos de gestão governamental;
 - **Integrar na SEPLAG as redes de planejamento e gestão do Estado** para garantir a gestão integrada e otimizada dos recursos humanos, orçamentários, logísticos e patrimoniais necessários à realização das ações governamentais;
 - **Reestruturar na SEPLAG os mecanismos estaduais de produção de estatística e cartografia do Estado** e investir na produção de dados e conhecimento sobre as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais do estado;
 - **Reestruturar na SEPLAG os mecanismos estaduais de planejamento e gestão de compras, aquisições e contratações públicas** para racionalizar custos, dar agilidade e

aumentar poder de barganha, melhorando a qualidade do gasto público e construindo um Estado mais eficiente e sustentável;

- **Reestruturar na SEPLAG os mecanismos estaduais de planejamento e gestão patrimonial** para implementar uma política de gestão dos imóveis, com base em diagnóstico sobre o uso dos próprios, com o objetivo de otimizar a alocação desses recursos e dar-lhes correta destinação, garantindo o atendimento de sua função social;
- ⊗ **Garantir uma conexão permanente entre os programas e ações do governo com aquilo que está previsto no Plano Plurianual (PPA)**, com foco na integração entre o planejamento estratégico do governo e o de cada secretaria setorial, considerando projetos, diagnósticos e zoneamentos já existentes;
- ⊗ **Criar o Fórum Estadual de Secretários de Planejamento e Gestão**, coordenado pela SEPLAG, para fomentar a articulação interfederativa, disponibilizando apoio aos municípios fluminenses para fortalecer a capacidade de planejamento e gestão no estado e construir uma agenda de cooperação entre o Governo do Estado e as prefeituras;
- ⊗ **Criar uma agência permanente de gestão compartilhada em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), como forma de integrar a administração pública estadual do Governo do Estado com a administração pública municipal das prefeituras de cada região, fomentando conectividade entre órgãos estaduais e municipais, além de garantir a pactuação de compromissos intersetoriais e interfederativos;
- ⊗ **Elaborar um programa de desenvolvimento regional em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde) para a análise de problemas comuns (ex: mobilidade urbana, saneamento ambiental, segurança pública, etc.) e compartilhamento de soluções entre o Governo do Estado e as prefeituras de cada região;
- ⊗ **Reestruturar o organograma das secretarias do Estado** para otimizar o uso dos recursos públicos e garantir a integração dos órgãos estatais de forma que a execução das ações de governo nas diferentes regiões do estado seja mais eficaz, eficiente e efetiva;
 - **Reformular o entendimento sobre custo e benefício do investimento de recursos públicos**, qualificando a discussão sobre redução da despesa pública e sobre a qualidade do gasto público, considerando indicadores de impacto e clareza nos

objetivos e metas setoriais, sem esquecer dos benefícios gerados em face dos custos economizados a longo prazo;

- ⊗ **Constituir uma instância de pactuação política entre o governador e os secretários de Estado** para garantir que o planejamento e o monitoramento das políticas públicas sejam permanentemente supridos de informações sobre implementação e execução tanto de órgãos setoriais quanto das informações produzidas pela SEPLAG;
- ⊗ **Dar autonomia às secretarias de Estado na execução de seus orçamentos** para permitir o atendimento oportuno e tempestivo das demandas da sociedade por parte do governo, garantindo controle sobre os gastos e agilidade da resposta governamental para a população;
- ⊗ **Garantir que cada secretaria do Estado realize audiências públicas regulares para apresentar balanços semestrais** das ações implementadas e daquelas que estão em fase de estudos, incluindo a apresentação das verbas destinadas às secretarias e as aplicações feitas;
- ⊗ **Fortalecer os conselhos estaduais de políticas públicas**, em especial, os conselhos de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH), de Juventude (COJUERJ), da Mulher (CEDIM), dos Direitos da População LGBT (CELGBT), dos Direitos do Negro (CEDINE), de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDCA), dos Direitos da Pessoa Idosa (CEDEPI) e da Política de Integração das Pessoas Portadores de Deficiência (CEPDE), dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de promoção, garantia e defesa dos direitos e liberdades dessas populações;
- ⊗ **Resgatar os programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas nas conferências estaduais realizadas nos últimos anos**, visando uma sistematização do acúmulo de propostas formuladas, bem como incentivar a realização regular de novas conferências temáticas;
- ⊗ **Planejar a implantação dos fundos estaduais que ainda não foram totalmente implementados**, consolidar a legislação sobre esses fundos, bem como os mecanismos para a divulgação e transparência dos recursos aplicados;
- ⊗ **Criar a Conferência Fluminense**, nos moldes de um fórum social estadual, que será realizada a cada dois anos, sob coordenação da SEPLAG, tendo como objetivo promover consultas populares (através de mecanismos como audiências, seminários, plebiscitos, referendos e enquetes) sobre os principais desafios do estado, bem como deliberar a política de desenvolvimento regional e planejamento orçamentário do

estado, com base nos programas setoriais aprovados pelos conselhos de políticas públicas;

- ⊗ **Garantir que em 2020 o estado do Rio de Janeiro esteja entre as primeiras posições na Escala Brasil Transparente** da CGU que avalia o atendimento à Lei de Acesso à Informação (hoje o Rio se encontra na penúltima posição);
- ⊗ **Criar uma plataforma digital (com aplicativo para celular) no formato de um Gabinete Virtual e adotar uma estratégia de transparência total**, garantindo acesso universal às informações técnicas, administrativas e orçamentárias do Governo do Estado, maior publicidade para editais, contratos, leilões e outras formas de contratação, com transmissão ao vivo, via internet, dos ritos de abertura de envelopes e homologação de contratos, além de viabilizar um sistema interativo de comunicação entre os conselhos de políticas públicas e a SEPLAG, bem como garantir uma ouvidoria pública online de qualidade;
- ⊗ **Garantir que as políticas de comunicação pensadas como ferramenta de gestão sejam não apenas de difusão (unidirecionais, uniformes e centralizadas), mas principalmente participativas (bidirecionais, adaptadas às diferentes realidades e descentralizadas);**
- ⊗ **Adotar licenças livres nos documentos e publicações do Governo do Estado**, e estabelecer ferramentas e práticas que facilitem o compartilhamento do conhecimento;
- ⊗ **Adotar softwares livres em todas as áreas da administração estadual;**
- ⊗ **Efetivar a governança digital entre as redes governamentais e investir no uso de tecnologia de informação na gestão pública** visando aproveitar as imensas oportunidades geradas pela combinação de dispositivos de mobilidade (smartphones e tablets), GPS e mapeamento para prover aos cidadãos fluminenses diversas funcionalidades de interesse público, inclusive fornecer mensagens de alertas e emergência em tempo real;
- ⊗ **Implementar, com previsão de cobertura total em um prazo de 12 anos, um sistema de rede sem fio que garanta internet pública, gratuita e de qualidade para redes móveis de alta velocidade em todo o estado** (começando pelos bairros populares do subúrbio e pelas favelas da cidade precariamente atendidas pelo sistema privado de telefonia móvel e internet), com a progressiva ampliação do acesso por meio de “hotspots”, “telecentros” e “postos de conexão” (loais com equipamento e estrutura necessários) em lugares como praças, mercados, escolas, bibliotecas e órgãos públicos, reconhecendo o

caráter essencial do acesso à internet de qualidade, garantindo concurso público para a contratação de monitores e viabilizando políticas de incentivo à produção de comunicação pelos usuários;

- ⊗ **Elaborar novos indicadores sociais para ações públicas**, em conjunto com as universidades e instituições de pesquisa localizadas no estado, buscando superar os indicadores tradicionais que não refletem as reais condições da população;
- ⊗ **Reorientar os financiamentos do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)**, democratizando a tomada de decisão e a prestação de contas dos recursos investidos, para promover uma política de fomento a bolsas acadêmicas para estudantes e pesquisadores, com vistas a apoiar projetos de pesquisa aplicada em temas de interesse público do estado;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia** que terá a função de selecionar projetos de pesquisa aplicada em temas de interesse das políticas públicas municipais a serem financiados pela FAPERJ;
- ⊗ **Apoiar projetos de pesquisa e extensão voltados para o aperfeiçoamento de políticas públicas estaduais e problemas de alta complexidade técnica e social**;
- ⊗ **Estabelecer convênios com as universidades públicas e institutos de pesquisa localizados no estado** para garantir um programa de aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de métodos operacionais para a qualificação dos servidores públicos do Governo do Estado e da ALERJ, bem como a produção de conhecimento que subsidie a formulação e avaliação de políticas públicas;
- ⊗ **Promover a igualdade de gênero e o acesso igualitário de homens e mulheres à administração pública**, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas machistas, à violência de gênero e a todas as formas de discriminação contra a mulher;
- ⊗ **Promover a igualdade racial e o acesso igualitário de todas as etnias à administração pública**, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas racistas, à violência racial e a todas as formas de discriminação contra qualquer etnia;
- ⊗ **Promover os direitos LGBT e o acesso igualitário da população LGBT à administração pública**, assim como desenvolver políticas públicas para o combate às práticas lesbo/homo/bi/transfóbicas, à violência lesbo/homo/bi/transfóbica e a todas as formas de discriminação contra a população LGBT;

- ⊗ **Garantir a laicidade do Estado**, em todas as suas instâncias e, em particular, na educação pública, a não ingerência das igrejas nas políticas públicas, a liberdade de crença e de não-crença e o pleno exercício dos direitos de todas as comunidades religiosas, assim como dos ateus e agnósticos, sem discriminação ou privilégios de qualquer tipo;
- ⊗ **Implementar um Plano Estadual de Igualdade Racial**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Implementar um Plano Estadual de Igualdade de Gênero**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Implementar um Plano Estadual de Políticas LGBT**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Implementar um Plano Estadual de Liberdade Religiosa**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Implementar um Plano Estadual de Juventude**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Promover os direitos das comunidades tradicionais e a valorização da memória dos territórios**, combatendo o preconceito e a discriminação cultural.

FINANÇAS PÚBLICAS

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Rejeitar as políticas de austeridade fiscal** que retiram direitos da população;
- ⊗ **Recuperar as finanças do Governo do Estado** investindo na diversificação da matriz produtiva e induzindo a retomada da atividade econômica para ampliar a arrecadação;
- ⊗ **Revisar o Regime de Recuperação Fiscal (RRF)**, repactuando os termos com o Governo Federal, para garantir a suspensão das medidas de austeridade que retiram direitos (privatizações, demissões, proibições de concurso, restrição de gastos, etc.);
- ⊗ **Renegociar a dívida do Estado do Rio de Janeiro** junto à União, bem como as dívidas garantidas pela União que foram contraídas com o objetivo de financiar projetos vinculados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016;
- ⊗ **Cobrar da União a compensação das perdas de receita tributária decorrentes da Lei Kandir** (Lei Complementar nº87, de 13/09/1996);
- ⊗ **Garantir a revisão do preço mínimo do petróleo** junto à Agência Nacional do Petróleo – ANP;
- ⊗ **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessões estaduais** que apresentem indícios de não cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei Federal 8.987/95;
- ⊗ **Planejar a implementação de uma reforma tributária**, baseada na proporcionalidade e na progressividade da cobrança de impostos, que objetive garantir equidade na taxaçaõ, reduzir as desigualdades sociais, promover a distribuição de renda e assegurar o cumprimento da função social da propriedade;
- ⊗ **Reestruturar a política de isenção fiscal para promover a indústria de inovação, beneficiar os pequenos e médios comerciantes e produtores, bem como incentivar economias ecologicamente sustentáveis;**
- ⊗ **Realizar concurso publico para aumentar o efetivo de fiscais de atividades econômicas;**

- ⊗ **Desenvolver um Programa Estadual de Orçamento Participativo**, sob coordenação da SEPLAG, cujo objetivo será realizar consultas públicas através da plataforma digital do Gabinete Virtual e organizar o debate orçamentário do estado dentro das agências regionais de gestão compartilhada (dimensão territorial), dos conselhos estaduais de políticas públicas (dimensão setorial), da Conferência Fluminense (fórum geral) e da ALERJ (parlamento estadual).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Elaborar um Plano Estadual de Previdência Social**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Garantir o pagamento integral, isonômico e em dia dos aposentados e pensionistas;**
- ⊗ **Garantir, em diálogo com o conjunto dos servidores, um plano de capitalização do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA)**, que inclua a devolução de valores indevidamente retidos pelo tesouro, como as contribuições patronais;
- ⊗ **Ajustar as contas entre o Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA) e o Tesouro Estadual**, visando a devolução de valores pagos indevidamente pelo instituto;
- ⊗ **Auditar e renegociar os contratos de securitização de royalties do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA)**, operações conhecidas como Rio Delaware (I & II);
- ⊗ **Revogar o aumento da contribuição previdenciária dos servidores para 14%**, aprovado na Lei 7606/2017, retornando à alíquota de 11%;
- ⊗ **Ampliar as medidas de qualidade do gasto e de correção de iniquidades**, tais como: auditorias nas pensões e aposentadorias pagas por todos os Poderes (incluindo o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública), levantamento de distorções nas compensações previdenciárias advindas do INSS (PASEP), bem como cruzamento de bases de dados para identificação de não incidência de contribuição previdenciária em parcelas remuneratórias pagas aos servidores ativos que eventualmente possam ser carregadas para a aposentadoria, seja por medida judicial ou por desatualização da legislação;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho de Administração do Instituto de Previdência e do Estado do Rio de Janeiro (IPERJ)**, garantindo a participação ampla dos servidores e da sociedade, para que o mesmo possa deliberar sobre as políticas previdenciárias do estado;

- ⊗ **Construir um novo Plano Assistencial**, por meio do Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA) e em diálogo direto com os servidores;
- ⊗ **Viabilizar a abertura permanente dos Programas de Financiamentos do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA);**
- ⊗ **Melhorar as instalações e realizar investimentos em mobiliário, equipamentos e sistemas para garantir excelência no atendimento ao usuário do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA);**
- ⊗ **Reorganizar a carreira do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA)**, com o aumento do quadro de vagas, reestruturação do Plano de Cargos e Salários e realização periódica de concursos públicos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Implementar um Programa Estadual de Assistência Social que garanta a integração da Rede de Proteção Social Básica** (destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social) **com a Rede de Proteção Social Especial** (destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos), assegurando infraestrutura adequada para funcionamento dos equipamentos;
- ⊗ **Aprimorar as ações intersetoriais da rede de serviços públicos que atende a população beneficiária do Bolsa Família para qualificar o investimento nas políticas voltadas à erradicação da extrema pobreza no estado**, fortalecendo os programas de garantia de renda mínima;
- ⊗ **Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias**, como Saúde, Cultura, Habitação, Trabalho, Educação, entre outras;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Assistência Social**, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de assistência social;
- ⊗ **Valorizar o servidor público da assistência social em suas mais diferentes áreas**, com a garantia concurso público estatutário em todas as áreas, evitando a terceirização na execução dos serviços e contratação de profissionais;
- ⊗ **Iniciar uma campanha de valorização dos diferentes profissionais que atuam na assistência social no âmbito do estado**, em todas as políticas públicas estaduais, buscando articulação e diálogo com os respectivos conselhos profissionais e sindicatos das categorias na construção de planos de trabalho e programas de formação condizentes com suas especificidades em uma abordagem multidisciplinar;
- ⊗ **Promover, em parceria com as prefeituras de cada município, uma política de fortalecimento dos Conselhos Tutelares localizados no estado**, buscando a capacitação permanente de seus quadros, uma melhor distribuição conforme a população e indicadores sociais de cada região administrativa, um reajuste da remuneração, reformas das instalações físicas, aquisição de equipamentos de informática, carro,

ampliação do quadro de funcionários para composição das equipes técnicas (assistentes sociais, psicólogos e pedagogos), criação de programas e cursos de capacitação técnica permanente, bem como a organização de encontros regionais para promover a troca de experiências e a articulação em rede;

- ⊗ **Colaborar com a Secretaria de Estado de Saúde na implementação de uma Política Estadual de Atenção Integral a Pessoas que Usam Álcool e Outras Drogas;**
- ⊗ **Implementar a Política Nacional da Pessoa em Situação de Rua e a Resolução 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em articulação com o Conselho Estadual de Saúde (CES), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), o Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP);**
- ⊗ **Apoiar as modalidades de acolhimento institucional (Casa de Passagem, abrigo, casa-lar) nos parâmetros das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para crianças e adolescentes, garantindo a brevidade e excepcionalidade da medida, bem como a formação contínua dos profissionais envolvidos;**
- ⊗ **Pactuar uma política com o Ministério Público, a Vara da Infância e Juventude e os Conselhos Tutelares, que garanta a excepcionalidade na aplicação e a brevidade no cumprimento da medida de acolhimento institucional;**
- ⊗ **Investir na ampliação dos programas de família acolhedora e repúblicas para jovens como medida alternativa à institucionalização;**
- ⊗ **Criar imediatamente uma força-tarefa, junto com o Conselho Estadual de Assistência Social, para fiscalizar e analisar a execução de convênios e contratos administrativos de abrigos privados que recebam subvenções públicas do Governo do Estado;**
- ⊗ **Integrar os abrigos localizados no estado aos equipamentos de saúde, educação pública, cultura, trabalho, esporte, lazer, habitação e geração de renda da rede estadual, implementando uma política integrada para pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a superação dessas condições;**
- ⊗ **Integrar o trabalho dos profissionais da assistência social às políticas habitacionais do Governo do Estado;**
- ⊗ **Implementar um Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, em articulação com**

o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Conselho Estadual de Assistência social (CEAS) e com o Conselho Regional de Psicologia (CRP);

- ⊗ **Garantir uma equipe técnica adequada e elaborar projetos políticos pedagógicos para qualificar as medidas socioeducativas em meio aberto**, envolvendo os adolescentes, os familiares e as instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos;
- ⊗ **Elaborar um programa estadual para garantir o acesso à justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo;**
- ⊗ **Implementar um programa que garanta a gratuidade nos serviços de transporte público para membro da família de preso do sistema prisional;**
- ⊗ **Promover a integração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região onde o familiar de preso do sistema prisional mora e a unidade de cumprimento de pena do preso;**
- ⊗ **Promover a integração do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da região onde o familiar de adolescente em cumprimento de medida de internação mora e a unidade socioeducativa onde o jovem cumpre a medida.**

EMPREGO E RENDA

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Incentivar a criação de trabalhos dignos e decentes**, adequadamente remunerados, onde os trabalhadores têm condições de liberdade, equidade e segurança;
- ⊗ **Desenvolver parcerias público-público**, no sentido de utilizar a malha inteligente disponível no Rio (escolas técnicas, institutos e universidades) para incentivar o desenvolvimento de tecnologias e indústrias nacionais, bem como a formação e qualificação dos trabalhadores;
- ⊗ **Promover medidas de desburocratização**, aperfeiçoando os processos de abertura, fechamento e alteração contratual de empresas, por meio do preenchimento de um cadastro único online, que dispare automaticamente os trâmites legais de cada órgão do Estado, reduzindo assim o tempo médio dos processos;
- ⊗ **Investir em obras de saneamento ambiental com o objetivo de qualificar a infraestrutura do estado e promover a geração de emprego**, oferecendo assessoria técnico-pedagógica e priorizando vagas de trabalho para os moradores dos locais onde forem realizadas as obras, começando pelas favelas e bairros populares do estado onde tem maior demanda por serviços de saneamento ambiental;
- ⊗ **Criar uma rede de incubadoras públicas para fortalecer a cadeia produtiva da economia colaborativa em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde) e transformar o estado do Rio em um pólo de inovação em temas de interesse das políticas públicas estaduais, com ênfase na disseminação de dados e produção de modelos técnicos para a ampliação dos mecanismos de participação popular, a diminuição das desigualdades sociais e a preservação socioambiental dos territórios;
- ⊗ **Implementar um programa de crédito popular no qual trabalhadores autônomos e cooperativas terão prioridade, para apoiar o autoempreendimento**, dando o suporte necessário às pessoas que queiram empreender no estado, sobretudo em se tratando de micro e pequenos negócios;
- ⊗ **Criar Incubadoras de Cooperativas Estaduais (InCoop)** para incentivar o surgimento e a manutenção de cooperativas (de trabalho, de produção, de comercialização, etc) que proporcionem meios de

subsistência e renda para trabalhadores desempregados e que sejam capazes de estimular a prática da autogestão e o trabalho coletivo e colaborativo, em detrimento de ações isoladas e individualista;

- ⊗ **Agenciar estratégias de economia solidária (tais como o microcrédito, as cooperativas de consumo, os bancos populares e as moedas sociais) e fortalecer os programas de garantia de renda mínima**, visando uma política emancipatória para as camadas de baixa renda, garantindo seu acesso a bens de consumo sem submissão ao mercado financeiro;
- ⊗ **Oferecer assessoria técnico-pedagógica e acesso ao crédito aos empreendimentos autogestionários nos casos em que os trabalhadores assumem o controle da empresa falimentar ou fechada** como alternativa ao desemprego ou perda de renda, e desenvolver programas de apoio a estas experiências em conjunto com sindicatos e movimentos populares;
- ⊗ **Desenvolver um programa de apoio temporário ao trabalhador desempregado**, até que consiga um emprego, oferecendo a ele um valor mensal para trabalhos em prol da comunidade;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda (CETERJ)**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas na área do trabalho e emprego de acordo com as necessidades de cada categoria e as particularidades de cada região do estado, visando a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e de suas famílias;
- ⊗ **Criar um Gabinete Virtual do Trabalho** (plataforma virtual com aplicativo para celular), vinculado ao Gabinete Virtual do governo, para compartilhar informações sobre projetos em andamento, notícias sobre deliberações do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda, e dados sobre verbas públicas, bem como disponibilizar oportunidades de vagas de trabalho no estado para atender aos desempregados e àqueles em busca do primeiro emprego: oferecer informações úteis para os trabalhadores na escolha de empregos, oferecer aos empregadores informações com relação à disponibilidade de mão de obra, assim como buscar a adequação entre a oferta de mão de obra e a demanda por postos de trabalho em diferentes níveis de capacitação;
- ⊗ **Incentivar o levantamento de dados e desenvolvimento de projetos sobre o estado do Rio de Janeiro, que possam subsidiar a formulação de políticas públicas capazes de enfrentar as dificuldades estruturais e conjunturais relativas a trabalho e emprego**, orientando as pesquisas pelas demandas apresentadas pelos membros do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda e pelas prefeituras;

- ⊗ **Fortalecer os Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda (CPTRs) dos municípios e a rede estadual de postos do Sistema Nacional de Empregos (Sine-RJ)**, para que possam realizar melhor a intermediação de mão de obra, aproximando o trabalhador das oportunidades de trabalho;
- ⊗ **Implementar programas de emprego direcionados especificamente para a inclusão de jovens e de idosos no mercado de trabalho**, pois são grupos com maior dificuldade de inserção;
- ⊗ **Redefinir e ampliar os projetos de qualificação e de requalificação profissional hoje oferecidos pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB)**;
- ⊗ **Promover políticas de ações afirmativas** no mundo do trabalho, para afirmar o protagonismo de setores sociais em condições de vulnerabilidade social, levando em consideração sua experiência histórica, suas demandas e necessidades específicas.
 - **Incentivar e oferecer condições para a organização produtiva de mulheres em condições de vulnerabilidade social em suas localidades**, notadamente moradoras de favelas e bairros pobres;
 - **Oferecer, em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, cursos voltados para a formação profissional de transexuais e travestis**, visando ampliar as alternativas de inserção no mundo do trabalho.
- ⊗ **Criar um Programa Estadual de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão**, com prioridade para a região norte fluminense;
- ⊗ **Implementar programas voltados para a redução progressiva da taxa de acidentes de trabalho no estado**.

SEGURANÇA PÚBLICA

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Encerrar a intervenção federal militar no estado do Rio de Janeiro;**
- ⊗ **Abolir a política de ocupação e gestão militar de favelas e bairros populares;**
- ⊗ **Implementar um novo modelo de segurança pública**, com o foco na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- ⊗ **Integrar os diferentes órgãos de segurança pública** estabelecendo um programa de metas, um plano de ação e um sistema permanente de compartilhamento de dados e informações;
 - **Integrar a administração penitenciária** à estrutura da Secretaria de Estado de Segurança Pública;
 - **Organizar, integrar e sistematizar dos bancos de dados estatais**, em especial, os dados da Administração Penitenciária, os dados da Polícia Militar, os dados da Polícia Civil, do Exército (Sistema de Gerenciamento Militar de Armas - Sigma) e da Polícia Federal (Sistema Nacional de Armas – Sinarm);
 - **Investir no aperfeiçoamento da produção de dados sobre violência doméstica, urbana e rural;**
- ⊗ **Reformular os planos de ação e reordenar as prioridades estratégicas da política de segurança pública:**
 - **Priorizar a investigação e a prevenção dos crimes;**
 - **Desarticular o comércio ilegal de armamento** (armas, munições e explosivos), focando, principalmente, nos problemas relacionados aos desvios dos paióis do Estado e à fiscalização do comércio legal de armamentos dentro do estado do Rio de Janeiro (em especial, o armamento de empresas de segurança privada, transportadoras de valores, colecionadores, atiradores e caçadores);
 - **Reduzir os índices de violência**, em especial, homicídios e estupros;

- **Tratar o uso abusivo de drogas como um problema de saúde pública**, investir na política de redução de danos da rede substitutiva de saúde mental (programas como Residências Terapêuticas, Centros de Atenção Psicossocial e Consultórios de Rua) e trabalhar para garantir, junto ao Congresso Nacional, a descriminalização e regulamentação das drogas consideradas ilícitas;
- ⊗ **Ampliar a participação popular nas decisões que envolvam a segurança dos bairros e comunidades, através do fortalecimento e democratização do Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ)**, que terá funções consultivas e deliberativas, de articulação, informação e cooperação entre todas as entidades que possam intervir ou se envolver na prevenção e na melhoria da segurança da população;
- ⊗ **Elaborar, em conjunto com o Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ), um Plano Estadual de Segurança Pública**, que deverá delimitar as prioridades e o método para a tomada de decisões, além de estabelecer metas e cronogramas de curto, médio e longo prazo;
- ⊗ **Retirar das ruas os servidores de órgãos de segurança envolvidos em casos de grave violência**, dando tarefas administrativas para os agentes envolvidos em casos de menor gravidade e expulsando das corporações aqueles envolvidos em casos de maior gravidade;
- ⊗ **Implementar um novo modelo de polícia:**
 - **Reformar o Estatuto das Polícias** para garantir mais democracia interna para os servidores e acabar com a rigidez hierárquica e a disciplina opressora das corporações.
 - **Mudar a grade curricular e o corpo docente das Academias das Polícias e ampliar o período de formação dos agentes**, priorizando a reestruturação das técnicas de treinamento (com foco em estratégias de mediação de conflitos) e a elaboração de uma formação democrática fundamentada na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
 - **Implementar o controle social e a gestão comunitária em todas as unidades de polícia (batalhões e delegacias)**, garantindo mecanismos de participação popular nas decisões que envolvam o planejamento da segurança dos bairros e comunidades;
 - **Trabalhar para garantir, junto ao Congresso Nacional, a desmilitarização da polícia**, com a desvinculação da polícia das

forças armadas e a construção de um novo modelo de polícia, de caráter civil, mediante a efetivação de uma carreira única de ciclo completo que garanta a integração entre todas as atividades policiais (ostensiva, preventiva e investigativa);

- ⊗ **Promover a reestruturação das técnicas de treinamento dos agentes prisionais e socioeducativos** de acordo com uma formação democrática fundamentada na promoção da democracia, na garantia de direitos e na defesa das liberdades;
- ⊗ **Valorizar os servidores da segurança pública**, garantindo um plano de cargos e salário digno, melhores condições de trabalho e o fim da diferenciação salarial dos servidores segundo grupos para operações e unidades especiais;
- ⊗ **Garantir um programa de assistência social e acompanhamento psicológico para os servidores da segurança pública;**
- ⊗ **Organizar um controle externo efetivo das atividades policiais, prisionais e socioeducativas:** ouvidorias e corregedorias independentes, administrativamente desvinculadas da Secretaria de Estado de Segurança e da Secretaria de Estado de Educação;
- ⊗ **Regulamentar (mediante um ato normativo) o uso da força (tanto no que se refere ao armamento letal quanto no caso de armamento menos letal) por agentes de segurança pública**, proibindo o uso de técnicas, equipamentos, armas e munições que provoquem risco injustificado (inclusive quando se trata do uso de armamento menos letal, como balas de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta);
- ⊗ **Proibir o uso tanto de armamento letal quanto de armamento menos letal a partir de helicópteros e veículos blindados da polícia;**
- ⊗ **Proibir a qualificação "homicídio decorrente de atividade policial" (novo nome dado ao velho "auto de resistência") nos registros de ocorrência e nos inquéritos da polícia civil**, garantindo, no entanto, um controle interno da polícia judiciária que quantifique os casos de homicídios que tenham policiais como suspeitos de autoria, produzindo dados que possam orientar políticas de redução da letalidade policial;
- ⊗ **Abolir, em cooperação com o Poder Judiciário, a aplicação do mandado de busca e apreensão genérico/coletivo;**
- ⊗ **Reverter o processo de terceirização de serviços e privatização da gestão do sistema prisional do Rio de Janeiro**, na defesa de uma administração pública voltada para a defesa, promoção e garantia da dignidade dos presos;

- ⊗ **Abolir de vez a revista vexatória de visitantes e familiares de detentos e promover a instalação de equipamentos capazes de garantir a segurança de presídios, casas de custódia, delegacias, e assemelhados**, tais como detectores de metais, aparelhos de raio-X, entre outras tecnologias que preservem a integridade física, psicológica e moral do revistado;
- ⊗ **Abolir, em cooperação com o Poder Judiciário, a aplicação do Exame Criminológico;**
- ⊗ **Realizar mutirões em cooperação com os distintos órgãos envolvidos na execução penal, visando conferir celeridade à concessão de benefícios de presos com prazo vencido**, como progressão de regime, trabalho extra-muros, educação extra-muros, autorizações de saída e livramento condicional;
- ⊗ **Elaborar uma central de regulação de vagas para o sistema prisional**, impedindo a entrada de novos presos em unidades que já estiverem com sua lotação máxima;
- ⊗ **Realizar mutirões em cooperação com os distintos órgãos envolvidos na execução das medidas socioeducativas, visando conferir celeridade à concessão de benefícios de internos com prazo vencido**, como progressão de regime, educação extramuros, autorizações de saída e livramento condicional;
- ⊗ **Elaborar uma central de regulação de vagas para o sistema socioeducativo**, impedindo a entrada de novos internos em unidades que já estiverem com sua lotação máxima;
- ⊗ **Investir na descentralização das unidades do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE)**, hoje restritas à região metropolitana, garantindo uma rede de pequenas unidades que abranja as oito regiões do estado, integrada aos serviços locais de cada município, com a progressivo fechamento das unidades historicamente problemáticas;
- ⊗ **Investir no cofinanciamento de programas que visam a municipalização das medidas socioeducativas;**
- ⊗ **Aumentar o acesso a justiça e a mecanismos de reinserção social de egressos do sistema prisional e do sistema socioeducativo;**
- ⊗ **Fortalecer o sistema estadual de prevenção e combate à tortura, garantindo instalações e melhores condições de trabalho ao Comitê Estadual para a Prevenção e Combate à Tortura e ao Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura;**

- ⊗ **Transformar o antigo prédio do DOPS em um espaço de memória das resistências e das lutas sociais e em um centro de pesquisa voltado para a prevenção e o combate à tortura;**
- ⊗ **Criar, em conjunto com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil/RJ, o Conselho Regional de Psicologia e o Conselho Regional de Serviço Social, centros de mediação de conflitos voltados para a elaboração de métodos coletivos de soluções não penais para a resolução de conflitos urbanos e rurais em todas as regiões do estado Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);**
- ⊗ **Implementar programas de prevenção primária para a juventude e suas famílias em conjunto com as demais secretarias do Governo do Estado:** programas de acesso a atividades culturais e esportivas, educação e qualificação profissional, geração de trabalho, emprego e renda, saúde, etc.;
- ⊗ **Investir em programas de prevenção da exploração sexual infanto-juvenil, trabalhando em parceria com os municípios do estado;**
- ⊗ **Consolidar, fortalecer e ampliar o Programa de Proteção à Testemunha, o Programa de Proteção dos Defensores de Direitos Humanos e o Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte;**
- ⊗ **Elaborar, em conjunto com as prefeituras dos municípios do estado do Rio de Janeiro e a União, um Pacto Federativo pela redução de violência homicida para o estado do Rio de Janeiro e construir uma rede pública de apoio, acolhimento e denuncia para familiares de vítimas;**
- ⊗ **Elaborar, em conjunto com as prefeituras dos municípios do estado do Rio de Janeiro e a União, um Pacto Federativo pela redução da violência contra a mulher para o estado do Rio de Janeiro e construir uma rede pública de apoio, acolhimento e denuncia para as vítimas e seus familiares;**
- ⊗ **Elaborar, em conjunto com as prefeituras dos municípios do estado do Rio de Janeiro e a União, um Pacto Federativo pela redução da violência contra LGBT para o estado do Rio de Janeiro e construir uma rede pública de apoio, acolhimento e denuncia para as vítimas e seus familiares;**
- ⊗ **Elaborar um plano, junto com as prefeituras de cada município, para estimular o uso dos espaços públicos:**

- Realizar reformas nas ruas, calçadas, praças e parques para garantir a ampliação da iluminação pública, a retirada das grades e o aprimoramento da acessibilidade, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos;
- Promover a ocupação cultural das praças e parques, dando início a esse processo nos bairros e favelas que historicamente tiveram menos acesso a tais serviços públicos.

MEIO AMBIENTE

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Justiça Socioambiental**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
 - **Garantir a redução progressiva do consumo de fontes de energia fósseis e diminuição gradativa da emissão de gases poluentes no estado**, com foco nos transportes públicos e nos empreendimentos industriais;
 - **Garantir a progressiva transformação da matriz energética do estado, priorizando a adoção de energias renováveis e estimulando o uso da energia solar e da biomassa;**
 - **Implementar a Política Estadual sobre Mudança do Clima e o Fórum Rio de Mudanças Climáticas**, em acordo com a Lei 5.690/2010;
 - Incorporar as emissões dos gases de efeito estufa da TKCSA na Política de Mudanças Climáticas;
 - **Fortalecer os programas de monitoramento de mudanças climáticas**, que deverão ser coordenados pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) em conjunto com a Secretaria de Estado do Ambiente e articulados à rede de universidades e institutos de pesquisa localizados no estado;
 - **Reestruturar a Secretaria de Estado do Ambiente**, dando-lhe capacidade de produção de dados e garantindo sua participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões do estado;
 - **Refazer o Zoneamento Ecológico-Econômico do estado**, priorizando estratégias de preservação de ecossistemas e modos de vida tradicionais (agroecologia urbana e periurbana, tribos indígenas, quilombos, comunidades de pescadores, etc);
 - **Ampliar a rede de Unidades de Conservação do estado de forma integrada com a criação de parques urbanos, a restauração ecológica de praças e a arborização urbana das cidades**, especialmente nas regiões menos arborizadas e providas destas áreas, com o objetivo de implementar uma política de manutenção e recuperação de ecossistemas nativos do estado, levando sempre em consideração as funções

ecológicas dos diferentes espaços e sua relação com a população local;

- **Elaborar um Plano Estadual da Mata Atlântica**, com o objetivo de identificar, planejar e especificar os projetos, ações e medidas a serem adotadas visando a conservação e recuperação da Mata Atlântica, de maneira integrada às políticas sociais e ambientais vigentes no estado;
 - **Revisar a categorização das áreas protegidas por Unidades de Conservação onde desenvolvam-se atividades agroflorestais sustentáveis;**
-
- **Combater as indústrias poluidoras e desmatadoras em geral, estabelecendo critérios rígidos de fiscalização e monitoramento dos impactos gerados por grandes empreendimentos poluidores** já existentes no estado (como a TKCSA), garantindo metas claras de mitigação de impactos e compensação da população local;
 - **Reformular os procedimentos de concessão de licenças ambientais buscando promover a participação efetiva das comunidades impactadas e obrigar o poder público a considerar os impactos cumulativos e sinérgicos dos projetos previstos em cada região** a partir de avaliações ambientais estratégicas e de um novo zoneamento ecológico-econômico;
 - **Regulamentar e aplicar a lei do descomissionamento**, que visa o controle e fiscalização de atividades poluidoras e a descontaminação de áreas em processo de mudança de uso;
 - **Resgatar e refundar programas que integrem as comunidades na preservação e recuperação ambiental** (tais como o gari comunitário, os guardiões de rios, os mutirões de reflorestamento e de limpeza, entre outros), valorizando a agricultura agroecológica e a pesca artesanal;
 - **Implementar um plano de remodelamento dos edifícios públicos do Governo do Estado para garantir o uso eficiente de recursos críticos (especialmente água, gás e energia elétrica) e diminuir a produção de resíduos;**
 - **Criar centros de educação ambiental nos Parques Estaduais;**

- **Garantir a inserção da educação ambiental na política educacional estadual como tema interdisciplinar**, presente nos projetos político-pedagógicos das escolas estaduais;
 - **Fortalecer os mecanismos de mapeamento e contenção de riscos ambientais**, ampliando a rede de estações meteorológicas digitais, bem como as equipes de coleta, processamento e análise de dados meteorológicos;
 - **Fortalecer o trabalho da defesa civil**, ampliando seu corpo técnico e sua estrutura para permitir uma maior capacidade de comunicação e interação com a população com vista a prevenção de acidentes;
 - **Instituir um programa de assistência a vítimas de situações de emergência que redundem em ameaça à vida ou ao patrimônio das pessoas**;
- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Permacultura** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- **Mapear as áreas subutilizadas e não habitadas em cada município do estado, para a implantação de tecnologias sustentáveis de manejo de território protagonizados pelos moradores destas áreas**, inaugurando uma nova perspectiva econômica e uso do solo através das Unidades de Conservação de Uso Sustentável Estaduais;
 - Garantir infraestrutura e assessoria para o manejo dos resíduos orgânicos entre os habitantes co-gestores dos territórios permaculturais visando subsidiar a cadeia de produção agroecológica local;
 - **Criar um Centro Estadual de Formação em Permacultura em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), gerando referências na disseminação das técnicas de construção ecológica, manejo sustentável da água (coleta e armazenamento da água da chuva, tratamento biológico de águas negras e cinza), produção de energia de fontes renováveis, sistemas agroflorestais, alimentação saudável e compostagem de resíduos orgânicos, formando educadores da rede pública, funcionários da saúde e permacultores comunitários capazes de pensar o planejamento e a gestão dos territórios;
 - **Fomentar, assessorar e coordenar a implantação de Sistemas Agroflorestais** enquanto estratégia de recuperação

de solo, contenção de encostas, revitalização de nascentes, aumento de permeabilidade do solo para a diminuição de enchentes, produção de alimentos, e melhoria de qualidade do ar e conforto térmico nas localidades;

- **Criar uma incubadora de projetos sustentáveis em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde) para fomentar a geração de renda e fortalecer a inserção das políticas permaculturais nas comunidades;
- **Investir na formação de educadores e profissionais da saúde da rede estadual voltados para a implantação de atividades permaculturais nas escolas e unidades de saúde;**

SANEAMENTO AMBIENTAL

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Convocar uma Conferência Estadual de Saneamento** para discutir modelos possíveis de gestão pública e articular a política de saneamento ao planejamento socioambiental de cada região do estado;
- ⊗ **Criar um Fundo Estadual de Saneamento** com dotação específica para investimento em favelas;
- ⊗ **Elaborar um Plano Estadual de Saneamento Ambiental**, garantindo que o mesmo esteja em acordo com os princípios da Lei Federal 11.445/2007, com a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração;
- ⊗ **Fortalecer a CEDAE como empresa pública de saneamento ambiental**, integrando sua estrutura diretamente à Subsecretaria de Segurança Hídrica e Saneamento Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente, com o objetivo de articular a política de saneamento ao planejamento socioambiental de cada região do estado;
- ⊗ **Instituir um plano de carreira para os trabalhadores da CEDAE;**
- ⊗ **Criar uma política estadual de recursos hídricos para implementar os planos de preservação elaborados pelos comitês de bacia hidrográfica dos rios localizados no estado do Rio de Janeiro**, visando o reflorestamento das áreas degradadas, a proteção dos mananciais e cursos d'água, a mitigação de riscos ambientais e o planejamento de situações de emergência;
- ⊗ **Construir planos regionais de despoluição das Baías de Guanabara, de Sepetiba, de Ilha Grande e das bacias hidrográficas estaduais**, em parceria com as prefeituras dos municípios das regiões, envolvendo universidades, movimentos ambientalistas e as comunidades do entorno nas políticas de preservação e recuperação ambiental da região;
- ⊗ **Implementar um programa de recuperação, conservação e uso sustentável dos ecossistemas aquáticos do estado** (rios, lagoas, manguezais, praias, baías, etc), através de ações que envolvam a implantação de parques fluviais e lacustres nas áreas das faixas marginais de proteção dos corpos hídricos, e a criação de Unidades de Conservação para restauração, conservação e uso sustentável de todos os manguezais do estado;

- ⊗ **Garantir a progressiva ampliação da rede de abastecimento de água** (distribuição e reservação), priorizando as áreas de baixa renda, até atingir a cobertura completa de todas as regiões do estado;
- ⊗ **Reformar os equipamentos de reservação e distribuição da rede de abastecimento de água**, de forma a reduzir as perdas e aumentar a regularidade da distribuição;
- ⊗ **Criar mecanismos de combate ao desperdício e à desigualdade social no acesso à água**;
- ⊗ **Aperfeiçoar a aplicação da tarifa social para o consumo de água** em áreas de baixa renda;
- ⊗ **Garantir a progressiva ampliação da rede de coleta de esgoto**, priorizando as áreas de baixa renda, até atingir a cobertura completa de todas as regiões do estado;
- ⊗ **Garantir a progressiva implementação de estações de tratamento de esgoto**, até atingir a cobertura completa de todas as regiões do estado, preferencialmente de forma descentralizada, reduzindo custos de implantação e manutenção, permitindo o uso de tecnologias como biossistemas, e viabilizando o reuso da água tratada, assim como do gás produzido, quando for o caso;
- ⊗ **Implementar uma política de saneamento ambiental que integre o tratamento de lixo orgânico ao tratamento de esgotos**, através da utilização de biodigestores que, além de evitar mais poluição, geram energia para as próprias comunidades;
- ⊗ **Elaborar, em conjunto com as prefeituras de cada região, um Plano Estadual de Lixo Zero baseado em coleta seletiva, reciclagem e compostagem**, voltada para a limpeza urbana e a destinação adequada dos resíduos sólidos do estado;
 - **Elaborar, em conjunto com as prefeituras de cada região, programas específicos de coleta seletiva e limpeza urbana nas favelas**, ampliando a abrangência e a capilaridade do serviço nestas áreas, por exemplo, através dos garis comunitários e da integração com os catadores locais;
- ⊗ **Promover a valorização dos catadores de resíduos sólidos** através de ações que visem a transformação dessa atividade em uma oportunidade digna de geração de renda, tais como capacitação técnica, fornecimento de equipamentos, apoio a formação de cooperativas, assistência social e educacional, e mecanismos de compensação e remuneração pelos serviços públicos prestados;

- Realizar um inventário da situação das organizações de catadores, avaliar como está o grau de formalização (trabalhista, societário e ambiental), a qualidade das infraestruturas de trabalho, bem como a capacidade produtiva das organizações;
 - Incentivar que os municípios contratem cooperativas por meio da Lei Federal 11.445/06 (Plano Nacional de Saneamento Básico) para a remuneração pelo serviço de coleta seletiva;
 - Ampliar roteiros de coleta seletiva para regiões estratégicas do estado;
 - Realizar campanhas de sensibilização da população com acesso ao serviço de coleta seletiva;
- ⊗ **Fomentar a implantação de indústrias de reciclagem e reaproveitamento de resíduos em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), integrando-as às cooperativas de catadores e às empresas municipais de limpeza urbana, mediante incentivos fiscais, parcerias e convênios;

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-Rio)**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de promoção, defesa e garantia da segurança alimentar e nutricional;
- ⊗ **Efetivar a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Implementar um programa de transição para uma economia agroecológica** (manejo em base ecológica, compras governamentais, acesso a mercados locais, organização comunitária, valorização dos saberes locais com promoção de intercâmbio, etc.), organizada horizontalmente com as entidades que atuam no setor;
- ⊗ **Criar um Programa Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos**, com foco especial nas regiões serrana e noroeste;
- ⊗ **Criar um Polo de Produção Orgânica de Hortaliças na região serrana**;
- ⊗ **Efetivar a política estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)** com princípios agroecológicos e metodologias participativas, envolvendo órgãos governamentais e entidades da sociedade civil;
 - **Fortalecer a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (EMATER), o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) e a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (FIPERJ)** com novos concursos públicos e programas de incentivo aos profissionais dos escritórios locais;
 - **Editar chamadas públicas e contratar organizações da sociedade civil para prestar assessoria técnica a pelo menos 5 mil famílias ao ano**;
- ⊗ **Reabrir as 147 Escolas do Campo que foram fechadas nos últimos 15 anos**;
- ⊗ **Reestruturar as Escolas do Campo existentes que se encontram em condições precárias**;

- ⊗ **Efetivar nas Escolas do Campo projetos político-pedagógicos contextualizados na realidade da agricultura familiar, com base nos princípios da agroecologia;**
- ⊗ **Mapear a produção agrícola do estado e as fontes externas de abastecimento, com o objetivo de articular uma rede estadual de agricultura familiar baseada na agroecologia e na permacultura, incentivando pesquisas sobre produtos e técnicas utilizadas na produção dos alimentos e seus impactos sobre a saúde da população;**
- ⊗ **Promover programas de capacitação para o cultivo agroecológico de alimentos** com o objetivo de formar agentes que atuem em suas comunidades;
- ⊗ **Promover políticas de incentivo à agricultura familiar baseada na agroecologia;**
- ⊗ **Oferecer assessoria aos agricultores familiares do estado para a incorporação das tecnologias permaculturais no processo de cultivo, armazenamento e distribuição,** incentivando as atividades de empreendedorismo alternativo das comunidades, como a produção de composto orgânico através dos resíduos urbanos e a produção de mudas florestais e agrícolas;
- ⊗ **Promover políticas de incentivo às feiras, aos mercados e aos restaurantes populares agroecológicos;**
- ⊗ **Promover políticas de incentivo aos estabelecimentos que comercializam alimentos orgânicos;**
- ⊗ **Incentivar a organização e manutenção de hortas comunitárias (verticais e planas), baseadas em tecnologias agroecológicas, nos espaços urbanos e periurbanos ociosos de cada região estado (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), inclusive com a cessão de terrenos públicos;**
 - Garantir que os alimentos cultivados nas hortas vão para as famílias que participam do projeto e o excedente seja comercializado com a população local, combatendo a fome de pessoas em risco social, dando oportunidade de agregação de renda às famílias e desenvolvendo hábitos alimentares saudáveis;
- ⊗ **Reduzir as taxas de abastecimento de água para iniciativas de agricultura urbana e periurbana;**

- ⊗ **Reduzir as tarifas de energia elétrica para agroindústrias artesanais e comunitárias, bem como para entrepostos de comercialização de pescado;**
- ⊗ **Implementar, em parceria com as prefeituras de cada região, um sistema de fiscalização e monitoramento da qualidade dos alimentos oferecidos nas grandes feiras convencionais e nas redes de supermercado do estado, de forma a combater a presença produtos químicos em níveis acima dos parâmetros permitidos por lei;**
- ⊗ **Organizar uma rede pública de feiras, mercados e restaurantes populares agroecológicos em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Efetivar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da rede estadual**, com o compromisso de aquisição de no mínimo 50% de alimentos diretamente da agricultura familiar, com prioridade para a compra de alimentos agroecológicos;
- ⊗ **Iniciar um planejamento para que em 12 anos toda a comida servida nos postos de saúde, hospitais, abrigos, escolas e universidades públicas da rede estadual seja produzida a partir dos princípios da agroecologia** (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos), preferencialmente no estado do Rio de Janeiro;
- ⊗ **Criar um Programa Estadual de Pontos de Cultura em Agroecologia e Economia Solidária**, com prioridade para projetos que envolvam escolas públicas e atuem no resgate das manifestações artísticas e culturas alimentares tradicionais do território fluminense;
- ⊗ **Criar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Estado do Rio de Janeiro** para destinar alimentos adquiridos pelo Estado a populações vulneráveis ao risco de fome e insegurança alimentar e nutricional;
- ⊗ **Elaborar editais da FAPERJ de apoio à pesquisa em agricultura familiar, pesca artesanal e agroecologia;**

MORADIA

Prioridades e compromissos:

- ⚙ **Fortalecer o Conselho Estadual de Habitação e Saneamento do Rio de Janeiro**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de moradia;
- ⚙ **Fortalecer o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro**, dando-lhe estrutura e capacidade de planejamento de políticas públicas de moradia;
- ⚙ **Reestruturar a Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ) como empresa pública**, com o objetivo de articular a política habitacional ao planejamento socioambiental de cada região do estado;
- ⚙ **Planejar uma política habitacional voltada para a integração regional, o desenvolvimento comunitário e a justiça socioambiental;**
- ⚙ **Produzir, em conjunto com as prefeituras, novos circuitos urbanos que articulem trabalho, moradia e mobilidade** para reverter tanto a concentração territorial dos postos de trabalho quanto a dispersão dos locais de moradia em espaços urbanamente precários e afastados das áreas com infraestrutura urbana consolidada;
- ⚙ **Extinguir a atual política de remoções**, construindo um modelo de política habitacional que respeite os princípios constitucionais no que tange ao direito à integridade e inviolabilidade do domicílio;
- ⚙ **Regulamentar o aluguel social enquanto benefício emergencial e provisório exclusivo para situações de calamidade pública;**
- ⚙ **Fortalecer o Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social (FMHIS)**, a quem compete estabelecer diretrizes e critérios na priorização de ações, alocação de recursos do FEHIS e atendimento aos beneficiados pelos programas habitacionais;
- ⚙ **Investir na requalificação das habitações de interesse social já existentes**, com ênfase na integração urbana à rede de serviços públicos do estado;
- ⚙ **Implementar novos programas de habitação de interesse social** para garantir acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos, por meio da aquisição de imóveis para fins habitacionais e da realização de obras e

serviços voltados à modificação de uso e ocupação de imóveis que resultem em lotes urbanizados ou unidades habitacionais;

- ⊗ **Criar um banco estadual de terras e imóveis** para estabelecer mecanismos de controle da valorização do solo urbano e facilitar o acesso à moradia através da disponibilização de terras e imóveis (de domínio do Governo do Estado, das autarquias locais e de quaisquer outras entidades públicas, ou pertencentes a entidades privadas) para arrendamento, venda ou para outros tipos de concessão, através de uma melhor identificação e promoção da sua oferta;
 - **Fortalecer programas de produção de moradias que não dependam de mecanismos de mercado** (tais como os programas de arrendamento residencial, no qual o pretendente paga taxas mensais de arrendamento, como se fosse um aluguel, e no fim do contrato, que é de 15 anos, tem a opção de compra do imóvel);

- ⊗ **Redirecionar os programas de habitação popular, dando incentivos fiscais para as construtoras, para áreas com infraestrutura urbana consolidada**, bem como garantir maior provisão de serviços públicos aos projetos já concluídos e entregues em áreas desprovidas de infraestrutura, priorizando as pessoas que estejam inseridas no déficit habitacional;

- ⊗ **Reconverter, em parceria com a União e as prefeituras de cada região do estado, os imóveis públicos subutilizados e vazios para fins de moradia por meio de programas de locação social**, onde o valor do aluguel é subsidiado pelo Governo do Estado — ficando vinculado à renda familiar e não ao valor de mercado do imóvel — e a família que reside tem o direito à moradia garantido pela poder público, o que protege o locatário dos processos de gentrificação promovidos pelo mercado imobiliário;

- ⊗ **Incentivar os municípios do estado a aplicar instrumentos previstos no Estatuto das Cidades para desestimular a presença de imóveis privados subutilizados, vazios ou abandonados;**

- ⊗ **Prestar suporte técnico qualificado aos municípios que apresentem mais dificuldades para formular planos diretores participativos;**

- ⊗ **Desenvolver uma política de regularização fundiária e fiscalização ambiental de propriedades rurais, industriais e florestais nas franjas da malha urbana e em áreas em processo de urbanização**, focando no reconhecimento da posse mansa e pacífica, na manutenção das redes de solidariedade das comunidades, e integrando essa política às de mobilidade, educação, cultura, lazer, saneamento, saúde, assistência social, segurança pública, geração de emprego e distribuição de renda;

- ☀ **Criar um programa estadual de assistência técnica para a requalificação urbana das favelas, loteamentos, assentamentos rurais, comunidades tradicionais e ocupações consolidadas;**
- ☀ **Construir indicadores que sirvam de parâmetro para a avaliação das condições de habitabilidade das diferentes regiões do estado e orientem a atuação das equipes de campo (municipais e estaduais) na construção de projetos físicos em cada localidade.**

MOBILIDADE

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Implementar uma política de mobilidade sustentável** pautada na estruturação de uma rede integrada de acessibilidade e mobilidade para o estado, priorizando o transporte público, em especial de alta capacidade sobre trilhos;
- ⊗ **Articular os diferentes meios de transporte** (ônibus, barcas, metrô, trem) para que funcionem em rede de forma combinada;
- ⊗ **Elaborar um Plano Estadual de Mobilidade Sustentável**, com o objetivo de promover a integração regional, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Revisar o Plano Diretor de Transportes Urbanos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDTU)**, aprimorando suas propostas para colocá-las em prática;
- ⊗ **Reformular o Conselho Estadual de Transporte**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de mobilidade;
- ⊗ **Auditar os contratos e procedimentos operacionais de concessionárias, prestadoras ou fornecedoras de bens e serviços relacionados à mobilidade** (tais como: SuperVia, MetrôRio, CCR Barcas, Via Lagos, Rota 116, CRT, etc.) verificando o cumprimento satisfatório das condições de legalidade, moralidade, razoabilidade, equilíbrio econômico-financeiro, eficiência e publicidade dos contratos e dos atos decorrentes desses contratos, em acordo com a Lei de Concessões (Lei Federal 8.987/95);
- ⊗ **Garantir o acesso universal às informações técnicas, administrativas, financeiras e orçamentárias do sistema estadual de transporte**, e disponibilizar, em sítio eletrônico, toda a escrituração contábil (com balancetes em dados abertos), os roteiros e trajetos das linhas, os contratos realizados para o funcionamento do sistema, dentre outros elementos fundamentais do sistema;
- ⊗ **Adotar mecanismos de consulta popular na gestão do sistema estadual de transportes**, sobretudo no que se refere aos processos de tomada de decisão que possuem impacto direto na vida das pessoas, tais como: mudança de trajetos, alteração da infraestrutura, modificação da política tarifária, dentre outros.

- ⊗ **Garantir o domínio público sobre a administração logística e os fluxos financeiros do sistema de transportes, criando uma Empresa Pública de Transporte e Mobilidade**, que terá como objetivo planejar, gerir e fiscalizar a operação dos diferentes tipos de transporte de responsabilidade do Governo do Estado, substituindo o Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (DETRO), a Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviário e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp), a Companhia de Desenvolvimento de Terminais Rodoviários (CODERTE), a CENTRAL e a Rio Trilhos;
- ⊗ **Recuperar o controle público da operação da bilhetagem eletrônica e dos terminais intermunicipais**, alterando a legislação estadual que entregou esses serviços para o controle direto da FETRANSPOR;
- ⊗ **Utilizar formas de financiar o transporte público para além das tarifas aos usuários**, tais como a taxaço de meios de transporte extremamente poluentes e de operações urbanas consorciadas;
- ⊗ **Criar um sistema de bilhetagem eletrônica que integre em um mesmo cartão todos os tipos de transportes** (ônibus, BRT, VLT, metro, trem, barcas) — com opção de bilhete mensal, semanal e diário, com uso ilimitado durante o período de validade do bilhete;
- ⊗ **Garantir tarifas especiais para pessoas de baixa renda**, a partir da revisão da política tarifária dos transportes públicos, dissociando a tarifa paga pelos usuários (quando houver) do custo de operação do serviço prestado pelas concessionárias (públicas ou privadas), de modo a permitir a criação de planos tarifários mais baratos;
- ⊗ **Ampliar o passe livre universitário para o sistema intermunicipal de transporte;**
- ⊗ **Implementar linhas e/ou zonas experimentais de "Tarifa Zero"**, nas quais os usuários não serão cobrados pelo serviço, com o objetivo de garantir o direito de ir e vir dos cidadãos e incentivar a livre circulação pelo estado, subsidiando o custo de operação destas linhas através do Fundo Estadual de Transporte, começando pelas regiões mais pobres e de maior fluxo;
- ⊗ **Garantir investimentos contínuo para a expansão do metrô**, visando, a curto prazo, a conclusão de ligações prioritárias como a ligação Estácio-Carioca (Linha 2), e, a longo prazo, a integração em rede entre as diferentes regiões da metrópole, com novas linhas ligando o centro da capital à região de Itaboraí (Linha 3) e o subúrbio da Zona Norte da capital à Baixada de Jacarepaguá (Linha 6);

- ⊗ **Ampliar a frequência e melhorar a qualidade dos trens**, através da compra de novos veículos e reforma das estações, começando pelos os ramais de Santa Cruz, Japeri, Belford Roxo e Saracuruna;
- ⊗ **Resgatar a malha ferroviária do Estado e planejar sua ampliação para passageiros e carga**, com o objetivo de integrar as regiões do estado (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Rever o estudo de implantação da ferrovia EF-118 Rio-Vitória para incluir o transporte de passageiros**;
- ⊗ **Planejar a ampliação da rede de transporte hidroviário**, realizando estudos para viabilizar linhas de barcas que atendam São Gonçalo, Ilha do Governador, Ilha do Fundão, Baía da Ilha Grande e Baixada Fluminense;
- ⊗ **Reorganizar a rede de transporte intermunicipal por ônibus no estado, dando fim à política de operação de linhas por permissão**;
- ⊗ **Colocar em prática o Plano Estratégico de Logística e Cargas** para orientar o deslocamento de veículos de transporte de cargas de modo a não impactar negativamente no tráfego nas regiões mais adensadas da estado;
- ⊗ **Implementar corredores prioritários para transporte público em rodovias estaduais** que tenham relevância para o acesso urbano e regional e que contam hoje com graves congestionamentos, como a Via Dutra e Washington Luiz;
- ⊗ **Implementar corredores prioritários para o transporte público nos principais centros urbanos de cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Recuperar o bondinho de Santa Teresa** como patrimônio histórico, cultural e como meio de transporte público e de interesse turístico, garantindo uma tarifa popular, resgatando seu antigo trajeto e planejando a ampliação de sua malha;
- ⊗ **Incentivar o transporte a pé**, promovendo parcerias com as prefeituras para requalificar calçadas e bairros, incentivar o uso misto do solo e criar redes densas de caminhos e vias, de forma a encurtar viagens e estimular a economia local, reduzindo a necessidade de longos deslocamentos e a concentração de empregos em determinados bairros dos centros urbanos;

- ⊗ **Reduzir velocidades e facilitar travessias** em trechos urbanos de rodovias estaduais;
- ⊗ **Construir ciclovias em rodovia estaduais e ciclorotas turísticas intermunicipais**, dando segurança aos deslocamentos de bicicletas entre cidades;
- ⊗ **Garantir infraestrutura de suporte para ciclistas nas estações de trem, metrô, barcas e ônibus (como bicicletários cobertos)**;
- ⊗ **Criar áreas especiais para carregar bicicletas no trem, metrô e barcas**;
- ⊗ **Investir, junto com os municípios, na ampliação de ciclovias interligadas ao trem, metrô e barcas**;
- ⊗ **Combater o assédio no transporte**, através de campanhas educativas e programas de acolhimento às vítimas;
- ⊗ **Criar um Laboratório de Inovação para a Mobilidade** vinculado à Secretaria de Estado de Transportes, com convênio com universidades e apoio do Fundo de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, para realizar pesquisas, produzir análises de dados e auxiliar nas decisões para melhorar a mobilidade no estado;
- ⊗ **Incentivar o desenvolvimento de tecnologias e indústrias nacionais de mobilidade urbana sustentável** (por exemplo, o ônibus movidos a hidrogênio e energia elétrica, desenvolvido na COPPE/UFRJ).

ACESSIBILIDADE

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Mapear a situação dos serviços de transporte coletivo, prédios públicos e equipamentos urbanos do Governo do Estado e planejar um programa de reforma e adaptação para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida;**
 - **Garantir que os espaços de cultura, de esporte, de educação e de saúde do Governo do Estado, sejam adequados para deficientes:** sinalização visual e sonora, signos em braille, banheiros adaptados, degraus rebaixados, rampas de acesso, entre outros investimentos;
 - **Garantir que no entorno das estações de trem, metrô e barcas as calçadas sejam planas, com regularização, rampas de acesso e, em algumas situações, corrimões de acessibilidade;**
 - **Diminuir os degraus dos ônibus intermunicipais e ampliar a quantidade dos ônibus e veículos adaptados para pessoas em cadeiras de rodas;**

- ⊗ **Instituir planos regionais de acessibilidade em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
 - **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para garantir que os espaços de cultura, de esporte, de educação e de saúde, sejam adequados para deficientes:** sinalização visual e sonora, signos em braille, banheiros adaptados, degraus rebaixados, rampas de acesso, entre outros investimentos;
 - **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para diminuir os degraus dos ônibus municipais e ampliar a quantidade de veículos adaptados para pessoas em cadeiras de rodas;**
 - **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para garantir que as calçadas sejam planas, com regularização, rampas de acesso e, em algumas situações, corrimões de acessibilidade;**

- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para garantir rampas de acesso e corrimões em todas as praças públicas;**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para garantir que os sinais luminosos sejam acompanhados por sinais sonoros;**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para garantir sinalização adequada para as pessoas cegas poderem detectar obstáculos nas ruas;**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para ampliar as dimensões das portas dos banheiros públicos para permitir que pessoas em cadeiras de rodas possam usar o recinto de forma independente;**
- **Estabelecer metas, em acordo com a estrutura orçamentária de cada município, para garantir um mecanismo (botão no poste) que prolongue o tempo dos sinais para que as pessoas que usam muletas possam andar com segurança pelas ruas;**

SAÚDE

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Ampliar os recursos destinados à saúde com a aplicação do mínimo constitucional de 12% das verbas estaduais**, observando criteriosamente a sétima diretriz da Resolução 322 do Conselho Nacional de Saúde que descaracteriza alguns outros investimentos como ações deste financiamento, bem como a legislação pertinente em vigor;
- ⊗ **Democratizar a gestão das políticas públicas de saúde**, incentivando a criação de conselhos gestores, com eleições diretas realizadas entre os trabalhadores e usuários de cada unidade, e a criação de colegiados de gestão, garantindo a participação dos trabalhadores e usuários;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Saúde**, dando-lhes estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de saúde;
- ⊗ **Regionalizar as ações da Secretaria de Estado de Saúde**, em articulação com as prefeituras do estado, garantindo o fortalecimento das estruturas existentes em cada região (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde) e dando prioridade para os territórios mais vulneráveis e com menos recursos;
- ⊗ **Desenvolver estratégias de articulação técnica e planejamento territorial com outras secretarias**, como Cultura, Trabalho e Renda, Educação, Direitos Humanos, Ambiente, Defesa Civil, etc.;
- ⊗ **Promover a revisão e auditoria de todos os contratos de terceirização de serviços e privatização da gestão celebrados pelo governo anterior**: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas, com ampla divulgação dos resultados obtidos e visando sua progressiva substituição por serviços próprios;
- ⊗ **Implementar um plano de transição do sistema atual, que prioriza a gestão privada, para um sistema de gestão pública, evitando a desorganização do serviço e a desassistência**, garantindo o progressivo encerramento de todas as formas de privatização e terceirização da Saúde: OS's e OSCIP's, Fundações Estatais de Direito Privado, Empresas Públicas de Direito Privado e Parcerias Público-Privadas;

- ⊗ **Promover a valorização dos trabalhadores do SUS**, desenvolvendo ações para eliminar a precarização do trabalho nas estruturas estaduais, como UPAs, hospitais e outros serviços de saúde;
- ⊗ **Garantir a recomposição salarial dos servidores da saúde** da administração direta e indireta;
- ⊗ **Estabelecer políticas de gestão que busquem compatibilizar a lotação de servidores com suas formações, perfis e interesses em relação às tarefas desenvolvidas;**
- ⊗ **Realizar concursos públicos para a recomposição do quadro de servidores da saúde;**
- ⊗ **Implementar o Plano de Cargos, Carreiras e Salários já aprovado na ALERJ, para as diferentes categorias da saúde;**
- ⊗ **Instituir uma política de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde do Estado e dos municípios;**
- ⊗ **Garantir o progressivo encerramento dos contratos de aluguel de equipamentos e dos contratos sem licitação;**
- ⊗ **Unificar as ações das secretarias de Saúde e de Educação com base na Política Nacional de Promoção da Saúde;**
 - **Reforçar os setores de documentação, informação, comunicação, informática (com uso de softwares livres) e educação em saúde nas unidades de saúde;**
 - **Incluir o direito à saúde e as formas de participação e controle social do SUS na grade curricular da rede estadual de ensino;**
- ⊗ **Retomar o funcionamento da Escola Técnica Izabel dos Santos;**
- ⊗ **Constituir uma rede de ensino, pesquisa e extensão a serviço do SUS do Estado do Rio de Janeiro**, integrando a Escola Técnica Izabel dos Santos, a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), o Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ) e as universidades estaduais;
- ⊗ **Implementar uma política de informação e comunicação em saúde**, atuando em defesa do SUS e mobilizando a sociedade com vistas ao fortalecimento do controle social, com a criação da Comissão de Comunicação e Informação em Saúde, vinculada à Secretaria de Estado de Saúde, atuando de forma articulada com os conselhos de políticas pública;

- ⊗ **Investir em um Sistema Estadual de Informação para o SUS**, em parceria com os municípios de cada região do estado (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), inclusive como mecanismo de controle de gestão e de regulação das ações de saúde, utilizando inicialmente os bancos de dados já existentes (SIM, Sinasc, Sinan, SIA, SIH, SIAB, Sismasus e outros), com garantia jurídica de privacidade e confidencialidade, para planejamento das ações de saúde, otimização de recursos e avaliação dos impactos das ações;
- ⊗ **Capacitar os trabalhadores do SUS, incluindo os gestores e os formuladores de políticas, no acesso, processamento e análise dos dados de interesse da saúde no estado do Rio de Janeiro**, para que a informação em saúde sirva à tomada de decisão, incluindo acesso a bases de dados especializados com protocolos clínicos, literaturas setoriais e redes bibliográfica (BVS, BiblioSUS, SaúdeLegis, ColecionaSUS, etc.);
- ⊗ **Desenvolver, junto ao Conselho Estadual de Saúde, políticas editoriais de informação que garantam a disseminação de dados de forma democrática e ampla, investindo em tecnologia e garantindo recursos para a implementação de ações de comunicação e informação em saúde, com a avaliação de impacto pré e pós distribuição destes veículos sendo submetida ao controle social;**
- ⊗ **Ampliar a capacidade dos conselheiros e equipes de saúde para a gestão pública da informação e da comunicação em saúde**, por meio de capacitação e garantia de acesso às fontes de informação, sistemas e instituições, assegurando total transparência dos processos de: execução orçamentária e financeira; repasse de recursos; transferência fundo a fundo; convênios; acordos de cooperação; patrocínios; licitações; cartas-convite; registro de preço; formas de calcular indicadores epidemiológicos e demais estatísticas; além de todas as formas de contrato em serviços de saúde;
- ⊗ **Garantir a educação permanente e a capacitação dos profissionais que executam os programas de saúde existentes no estado** para oferecer um atendimento de qualidade, com foco no cuidado ao cidadão;
- ⊗ **Organizar um sistema de monitoramento, avaliação e supervisão da Estratégia de Saúde da Família e Atenção Básica**, com o intuito de acompanhar o seu desenvolvimento e melhorar a qualidade dos serviços;
- ⊗ **Investir na Atenção Básica e Estratégia de Saúde da Família (ESF), implementando políticas de co-financiamento que garantam recursos estaduais aos municípios com maior déficit de cobertura**

e estimulando a formação profissional (superior e técnica) com perfil multidisciplinar;

- ⊗ **Garantir a progressiva ampliação da cobertura da Atenção Primária**, até atingir a cobertura completa de todas as regiões do estado (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Auxiliar as prefeituras de cada município a garantir que a composição das equipes da Estratégia de Saúde da Família e dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família atendam as necessidades e particularidade locais de cada território;**
- ⊗ **Realizar investimentos, em parceria com as prefeituras de cada município, para que os serviços da Atenção Primária ampliem sua capacidade de resolver problemas comuns da população, em especial, os atendimentos de urgência que fazem parte da atribuição do cuidado das Unidades Básicas de Saúde;**
- ⊗ **Reorganizar a Rede de Urgência e Emergência do Estado do Rio de Janeiro, hospitalar e pré-hospitalar – fixa (UPA) e móvel (SAMU) –, de maneira a garantir pleno acesso e tempo de resposta adequado para a população fluminense, atuando de forma hierarquizada, regulada de forma transparente (tanto para o cidadão, quanto para o profissional de saúde) e articulada com demais serviços assistenciais;**
- ⊗ **Implementar conselhos gestores paritários em todas as Unidades de Saúde;**
- ⊗ **Organizar redes de atenção integral**, articulando os diversos serviços e equipamentos de saúde do Estado e das prefeituras de cada município;
- ⊗ **Reorganizar a gestão dos leitos hospitalares**, inclusive os complementares, do Estado do Rio de Janeiro, de forma descentralizada e pactuada com os municípios, para constituir uma rede capaz de promover suficiência de recursos e acesso efetivo à população, privilegiando os agravos e doenças que atingem os grupos sociais mais vulneráveis;
- ⊗ **Reestruturar os sistemas de regulação de leitos, serviços ambulatoriais e diagnósticos, bem como serviços de alta complexidade**, visando ampliar a sua agilidade e eficácia, garantindo transparência no que se refere aos recursos disponíveis e sua utilização (como informações sobre as filas de espera e critérios de priorização);

- ⊗ **Fortalecer e ampliar a rede de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST)**, capacitando os trabalhadores da rede de saúde para as demandas oriundas da saúde do trabalhador e atuando, junto a sindicatos, para fortalecer a capacidade de identificar e reduzir riscos à saúde produzidos pelo trabalho;
- ⊗ **Reformular a Programação Pactuada e Integrada (PPI), de acordo com critérios epidemiológicos e populacionais, para diminuir as desigualdades regionais de acesso e orientar investimentos nas regiões com maior demanda;**
- ⊗ **Fortalecer a superintendência de logística em Saúde do Estado**, visando retomar o controle público sobre a compra e distribuição de medicamentos e insumos na rede estadual de saúde;
- ⊗ **Construir novos métodos de avaliação dos serviços** que busquem a melhoria dos indicadores de morbi-mortalidade, condições de vida e IDH da população-alvo e não apenas indicadores de consumo de procedimentos/tecnologia;
- ⊗ **Reestruturar, em parceria com a rede federal pública, as universidades e as redes municipais, a atenção especializada na rede assistencial do estado**, concentrando investimentos nas estruturas em que haja maior dificuldade de acesso;
- ⊗ **Desenvolver ações de suporte diagnóstico na rede estadual, qualificando estruturas já existentes (como o Laboratório Central Noel Nutels e o Rio Imagem), além de conformar uma rede técnica integrada aos serviços municipais e federais localizados no estado;**
- ⊗ **Implementar no âmbito estadual os parâmetros estabelecidos pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**, com o objetivo de promover a equidade etnicorracial nas políticas de saúde do estado;
- ⊗ **Promover cursos de formação sobre as especificidades das minorias etnicorraciais**, capacitando os servidores e gestores da saúde pra lidar com as questões específicas dessa população;
- ⊗ **Promover iniciativas na rede de saúde para o acolhimento de vítimas e enfiletamento das consequências relacionadas às situações de violência**, seja do ponto de vista individual ou coletivo;
- ⊗ **Garantir, em todos os hospitais públicos do estado, a informação e o acompanhamento necessários para a prática do aborto nos casos autorizados pela lei**, respeitando o princípio de autodeterminação da mulher sobre seu próprio corpo;

- ⊗ **Garantir a efetiva aplicação das portarias do Ministério da Saúde do governo federal e do Sistema Único de Saúde (SUS) para o processo transexualizador**, aplicando verbas e desenvolvendo um programa para a formação e capacitação de profissionais da saúde, criando unidades de atendimento em hospitais públicos do Estado e estabelecendo a não-patologização das identidades trans e a redução das barreiras burocrático-administrativas para o acesso a esse direito no estado;
 - **Reabrir a fila para a cirurgia de transgenitalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto (que, desde 2011, encontra-se fechada para novos usuários);**
 - **Reabrir a fila para as cirurgias plásticas realizadas na Policlínica Piquet Carneiro, contempladas pelo processo transexualizador de acordo com a Portaria nº2.803 de 2013;**
- ⊗ **Implementar no âmbito estadual a Política Nacional de Saúde Integral LGBT;**
- ⊗ **Promover o atendimento integral, humanizado, transdisciplinar e de qualidade em toda a rede de atenção materno-infantil desde o início da gravidez até a atenção ao recém-nascido;**
- ⊗ **Investir em equipamentos (salas e quartos) que facilitem o parto humanizado;**
- ⊗ **Desenvolver políticas de formação para doulas;**
- ⊗ **Garantir a atuação de doulas em todas as maternidades;**
- ⊗ **Garantir o progressivo fechamento dos manicômios e espaços asilares existentes no estado do Rio de Janeiro**, com a reorientação dos recursos para a rede de saúde mental e outros equipamentos de cuidado a idosos e pessoas com deficiência;
- ⊗ **Extinguir os convênios existentes com Comunidades Terapêuticas e outras estruturas não caracterizadas como serviço de saúde da Rede de Atenção Psicossocial**, reorientando os recursos para a rede de saúde mental;
- ⊗ **Garantir, em parceria com as prefeituras do estado, a ampliação da rede substitutiva de serviços de saúde mental nos municípios com maior demanda:** Dispositivos de residenciais terapêuticos, CAPS III, CAPSi, CAPS AD, CAPS AD III, Centros de Convivência/Cultura, Cooperativas Sociais, Consultórios de Rua, Escolas de Redutores de Danos, entre outros;

- ⊗ **Fortalecer os serviços de apoio ao idoso**, como casas de convivência, programas de atenção domiciliar, programas de internação domiciliar, cuidador de idosos, entre outros;
- ⊗ **Implementar uma política estadual intersetorial de atenção integral a pessoas que usam álcool e outras drogas**, coordenada pela Secretaria de Estado de Saúde;
- ⊗ **Criar programas especiais de acesso à saúde para comunidades tradicionais e povos indígenas localizados no estado**;
- ⊗ **Criar programas especiais de acesso à saúde para populações residentes em locais de difícil acesso ao sistema de saúde (ilhas, áreas rurais, etc.)**, garantido mecanismos para atender situações de emergência;
- ⊗ **Implementar no âmbito estadual a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das populações privadas de liberdade**;
- ⊗ **Qualificar as ações de vigilância sanitária e ambiental**, prestando assessoria técnica e estabelecendo um plano de ação articulado, que dê respostas aos problemas sanitários e ambientais do estado e de cada município;
- ⊗ **Investir na formação e na capacitação em vigilância sanitária e ambiental dos servidores públicos de vigilância que atuam no estado**;
- ⊗ **Qualificar o trabalho de vigilância sanitária e ambiental por meio da incorporação de tecnologias de informação e do aprimoramento do uso daquelas que estão disponíveis**;
- ⊗ **Submeter, periodicamente, ao controle social do SUS, o resultado das ações de vigilância sanitária e ambiental**;
- ⊗ **Desenvolver um programa de comunicação com informações de interesse público sobre situações de risco à saúde da população, em parcerias com mídias populares e movimentos sociais**;
- ⊗ **Incentivar a participação de representantes da sociedade civil organizada para o acompanhamento das inspeções de vigilância sanitária e ambiental**;
- ⊗ **Fortalecer, em articulação com as prefeituras de cada município, um plano estadual de saúde ambiental e controle de endemias, com foco no controle de agravos como dengue, chikungunya, zika, febre amarela, leishmaniose, bem como doenças causadas por**

desastres (ex: leptospirose) e epidemias causadas por habitações insalubres e condições de vida precárias (ex: tuberculose);

- ⊗ **Fortalecer o programa de Farmacovigilância, por meio de ações de vigilância sanitária, interlocução com a indústria farmacêutica e parcerias com instituições científicas especializadas no tema;**
- ⊗ **Estimular que os serviços de saúde adotem medidas e incorporem práticas para o controle de risco, por meio de ações educativas e divulgação de material de apoio;**
- ⊗ **Incentivar o uso racional de medicamentos e a alimentação saudável e segura;**
- ⊗ **Implementar ações para fazer cumprir a legislação sobre propaganda de bebidas alcoólicas, tabaco, medicamentos e outras áreas da saúde.**

EDUCAÇÃO

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Garantir a manutenção da rede estadual de ensino**, impedindo a diminuição de salas de aula e o fechamento de escolas e buscando a recuperação e ampliação do atendimento para toda a rede;
- ⊗ **Garantir estrutura adequada nas escolas estaduais**, em especial, a definição de uma quantidade máxima de 30 alunos por sala de aula (dentro de um plano que garanta a redução progressiva do número de alunos por sala de aula), a climatização e adequação acústica das salas de aula, a construção (ou reforma) de quadras poliesportivas, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para que toda a comida servida nas unidades da rede estadual de ensino seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos);
- ⊗ **Aprimorar o processo de matrícula na rede escolar**, ampliando os pontos de apoio à matrícula digital e aproximando-os da população para favorecer a democratização do acesso às unidades escolares;
- ⊗ **Organizar uma política de proteção a alunos infrequentes e em risco de abandono escolar** por meio de identificação e acompanhamento dos casos;
- ⊗ **Garantir o direito de ir e vir para a escola a todos alunos**, seja pela gratuidade de transporte, seja por meio de serviço especializado;
- ⊗ **Integrar a política de Educação de Jovens e Adultos com a de Educação Fundamental e Ensino Médio na modalidade regular** a fim de facilitar acesso e permanência de mães e pais analfabetos ou com baixa escolaridade cujos filhos são atendidos na rede estadual de ensino;
- ⊗ **Garantir uma política de educação de jovens e adultos na rede estadual de ensino que contemple vagas na rede já existente, que fortaleça os Centros de Referência de Educação de Jovens e Adultos e planeje sua expansão a partir da territorialidade dos alunos**, quais sejam, proximidade com local de moradia, de trabalho ou de estudo de seus filhos pequenos, quando for o caso;
- ⊗ **Implementar um modelo de Educação Integral na rede estadual e integrar as políticas de esporte, arte e cultura aos programas de educação para transformar** as escolas em pólos de produção de pensamento crítico, preservação da memória dos bairros e promoção da cultura popular;

- ⊗ **Implementar um processo de avaliação da rede estadual de ensino centrado na participação da comunidade e na geração de demandas sobre o poder público**, buscando identificar as necessidades de cada unidade da rede estadual de ensino na formulação de medidas que visem a superação dos obstáculos ao processo de ensino aprendizagem;
- ⊗ **Reformar as quadras poliesportivas das escolas estaduais** que se encontram em condições precárias e construir quadras nas escolas que não tem equipamentos esportivos mas tem espaço físico para comportar quadras;
- ⊗ **Garantir às escolas estaduais acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes de bairro** e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento;
- ⊗ **Garantir equipes multidisciplinares de apoio psicológico e social a alunos, familiares e profissionais de educação** em toda a rede estadual de ensino;
- ⊗ **Garantir uma política de vagas para adultos na rede estadual de ensino**;
- ⊗ **Oferecer educação especial na perspectiva inclusiva**, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada em serviço, implementando salas de recursos multifuncionais, mantendo escolas e classes especiais para os que necessitem de condições específicas de atendimento que impossibilitem a frequência em turmas regulares, garantindo atendimento pedagógico nas Classes Hospitalares e oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho aos maiores de 17 anos, através de ações interdisciplinares entre as demais secretarias do Governo do Estado;
- ⊗ **Instalar em cada unidade da rede estadual de ensino um sistema de rede sem fio que garanta internet pública, gratuita e de qualidade**;
- ⊗ **Promover a Autonomia Pedagógica**, com a valorização dos Projetos Políticos Pedagógicos elaborados por cada unidade da rede estadual de ensino, garantindo um currículo mínimo e estimulando a capacidade criativa dos profissionais da rede estadual de ensino;

- ⊗ **Garantir a laicidade nas escolas da rede estadual de ensino**, com envio de projeto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) para modificar o currículo apontando o fim do ensino religioso na rede e a ampliação da carga horária de filosofia e sociologia;
- ⊗ **Promover a inclusão e valorização das culturas de matriz africana e indígena nos conteúdos curriculares das escolas públicas do estado**, visando a erradicação de todas as formas de preconceito contra elas e a valorização de sua contribuição à formação da sociedade brasileira;
- ⊗ **Garantir processos de gestão democrática em toda a rede estadual de ensino**, com eleição de diretores nas escolas e creches e construção/valorização de conselhos gestores de caráter deliberativo nas comunidades pedagógicas;
- ⊗ **Fortalecer os Grêmios Estudantis** garantido a participação dos alunos na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos e na gestão das unidades escolares;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Educação**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de educação;
- ⊗ **Revisar o Plano Estadual de Educação**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade civil ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, definindo prioridades e metas que deverão ser executadas pela prefeitura;
- ⊗ **Garantir, em parceria com o Conselho Tutelar, uma política de assistência social para atender jovens em risco de abandono escolar ou com problemas familiares e sociais mais graves**;
- ⊗ **Fortalecer a capacidade do Conselho Tutelar para atuar no apoio às demandas da escola**;
- ⊗ **Auditar e verificar a possibilidade de encerramento dos contratos com empresas privadas que implementam projetos educacionais na rede estadual de ensino**, dando condições e suporte para que os projetos construídos pelos próprios profissionais da rede ou em convênios com universidades públicas do estado sejam implementados, respeitando sempre a autonomia pedagógica e o Projeto Político Pedagógico de cada unidade;
- ⊗ **Investir na formação continuada de professores e em material pedagógico para a Educação de Jovens e Adultos**, respeitando e valorizando a diversidade e as especificidades destes sujeitos, restabelecendo o direito à educação historicamente negado;

- ⊗ **Criar um novo Plano de Carreira** para promover a valorização salarial dos profissionais de educação, tornando-o unificado entre professores e funcionários da rede estadual de ensino, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, garantindo paridade e integralidade para os aposentados;
- ⊗ **Instituir e regulamentar a data-base para todos os profissionais da rede estadual de ensino**, garantindo a existência de processos de negociação salarial e de melhorias nas condições de trabalho permanentes, reconhecendo e respeitando as representações sindicais de cada segmento dos profissionais da rede estadual de ensino;
- ⊗ **Incentivar o aprimoramento acadêmico dos professores**, por meio de adicional para pós-lato sensu, mestrado e doutorado, bem como a garantia de licenças para estudo;
- ⊗ **Extinguir as formas de remuneração variável**, transferindo tais recursos para efetiva valorização salarial;
- ⊗ **Garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede estadual de ensino**;
- ⊗ **Implementar um plano que tenha por objetivo a extinção das terceirizações e contratos precários com a gradativa abertura de concurso público** para funcionários da rede municipal de educação;
- ⊗ **Desenvolver um programa de formação continuada para os profissionais da educação em parceria com as universidades públicas do Estado**;
- ⊗ **Investir na formação continuada de professores e em material pedagógico para combater o machismo, a homo/lesbo/bi/transfobia e a discriminação racial na rede estadual de ensino**;
- ⊗ **Investir na formação continuada de professores e em material pedagógico para promover a valorização e o reconhecimento das comunidades tradicionais e da herança cultural de matriz indígena e africana na rede estadual de ensino**;
- ⊗ **Garantir 1/3 de planejamento extraclasse** para todos os professores da rede estadual de ensino;
- ⊗ **Garantir 30 horas de jornada semanal** para os funcionários administrativos da rede estadual de ensino;

- ⊗ **Regulamentar a carreira de Animadores Culturais dentro do quadro da Secretaria de Estado de Educação** e realizar concursos públicos para aumentar o corpo de animadores culturais do estado: a meta é garantir 04 animadores por escola, cada um em uma área de formação artística diferente (audiovisual, teatro, dança, arte plásticas);
- ⊗ **Regulamentar e implantar a eleição direta para presidência da FAETEC e de todas as unidades da rede;**
- ⊗ **Garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede FAETEC**, em consonância com o projeto político pedagógico definido democraticamente pelas comunidades escolares de cada unidade da rede;
- ⊗ **Implementar uma política de Dedicação Exclusiva** em todos os níveis, com efetiva valorização salarial, com vistas a ampliação da qualidade do ensino oferecido pela FAETEC;
- ⊗ **Garantir estrutura (instalações e equipamentos) adequada nas unidades da FAETEC**, em especial, a definição de uma quantidade máxima de 30 alunos por sala de aula (dentro de um plano que garanta a redução progressiva do número de alunos por sala de aula), a climatização e adequação acústica das salas de aula, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para que toda a comida servida nas unidades da rede estadual de ensino seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos);
- ⊗ **Garantir autonomia financeira para as universidades estaduais, com a ampliação dos recursos públicos reservados ao ensino, à pesquisa e a programas de extensão, destinando, desde o primeiro ano, 6% da receita do Governo do Estado para as universidades estaduais;**
- ⊗ **Implementar uma política de permanência para alunos cotistas;**
- ⊗ **Elaborar, junto com os servidores das três universidades estaduais e dos Institutos Superiores de Educação, um novo Plano de Carreira** para promover a valorização salarial dos profissionais de educação da rede estadual de educação superior, tornando-o unificado entre professores e funcionários, com progressões significativas por formação acadêmica e tempo de serviço, garantindo paridade e integralidade para os aposentados, sem perdas de direitos ou vantagens para qualquer segmento da categoria hoje existente;
- ⊗ **Garantir a construção (com participação dos servidores das três universidades estaduais e dos Institutos Superiores de Educação)**

de uma carreira única para a educação superior no estado, sem perdas de direitos ou vantagens para qualquer segmento da categoria hoje existente;

- ⊗ **Implementar a Dedicção Exclusiva com paridade para os aposentados em todas as universidades e institutos superiores;**
- ⊗ **Garantir vagas em concursos públicos que recomponham os quadros efetivos e reflitam o dimensionamento atual da rede estadual de educação superior, em consonância com o projeto político pedagógico definido democraticamente pelas comunidades acadêmicas de cada unidade da rede;**
- ⊗ **Elaborar, em conjunto com os conselhos universitários e com as representações estudantis, um plano estadual de assistência estudantil, com aportes orçamentários que assegurem sua implementação em cada instituição;**
- ⊗ **Garantir estrutura (instalações e equipamentos) adequada nas unidades da rede estadual de educação superior, em especial, a climatização e adequação acústica das salas de aula, a ampliação das bibliotecas e salas de informática, bem como o estabelecimento de metas para que toda a comida servida nas universidades estaduais e Institutos Superiores de Educação seja produzida a partir dos princípios da agroecologia (livre de agrotóxicos, adubos químicos e transgênicos);**
- ⊗ **Expandir o ensino superior estadual público, garantindo a qualidade da educação, a integração entre ensino, pesquisa e extensão e a ampliação da oferta de vagas em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde).

CULTURA

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Democratizar a política de Cultura**, visando seu fortalecimento institucional, orçamentário e técnico, sua atualização conceitual e programática, bem como sua integração com as demais pastas e órgãos da prefeitura;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual de Cultura**, dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de cultura;
- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Cultura**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Efetivar o Fundo Estadual de Cultura** dentro de uma política de investimento na produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, com a publicização dos critérios de avaliação dos projetos antes das etapas de análise e pontuação, entrevista e contratação;
- ⊗ **Desenvolver uma política de ocupação cultural das praças de cada município do estado**, que serviriam como instrumentos culturais para promover atividades, apresentações e oficinas gratuitas ao ar livre, com música, capoeira, teatro, pintura, grafite, rodas de leitura, contação de histórias, oficinas literárias, saraus de poesia, rodas de rima, rodas de samba, cineclubes etc.;
- ⊗ **Realizar um mapeamento sociocultural de cada região do estado**, objetivando conhecer as diferentes formas de expressão cultural de cada território e medir a influência dos equipamentos culturais em funcionamento para desenvolver, junto com o Conselho Estadual de Cultura, políticas de incentivo e fomento para a manutenção da rede existente e a instalação de novos equipamentos culturais (lonas culturais, teatros, arenas, cineclubes, etc);
- ⊗ **Implementar uma política de recuperação de lonas, anfiteatros, teatros e demais equipamentos culturais**, dando prioridade para os municípios do interior do estado;
- ⊗ **Criar salas de cinema populares em todas as regiões do estado**;
- ⊗ **Realizar audiências públicas para deliberar com a sociedade civil os modelos que devem ser utilizados nos editais de fomento à produção cultural**, com os objetivos de privilegiar critérios culturais

sobre critérios comerciais, dar transparência aos processos, desburocratizar o sistema, democratizar a produção e garantir a diversidade artística;

- ⊗ **Rever a política de editais com renúncia fiscal e ampliar o número de editais públicos com recursos públicos**, aplicados de forma regionalizada, com valores pequenos e médios, incentivando o pequeno produtor cultural;
- ⊗ **Implementar uma política de estímulo à “primeira produção”**, incentivando a formação de artistas e propiciando um ambiente de criatividade no estado;
- ⊗ **Criar o cargo de assistente regional de produção cultural**, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura, responsável por buscar coletivos artísticos e artistas de uma região e auxiliá-los a registrar projetos culturais de pequeno porte;
- ⊗ **Promover programas públicos de capacitação técnica, qualificação profissional e formação especializada em produção cultural**;
- ⊗ **Criar Pontos de Cultura em todas as regiões do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Articular a rede de pontos de cultura do estado com as escolas estaduais de cada região**, fortalecendo a relação das escolas com a produção cultural local;
- ⊗ **Criar Ionas culturais estaduais articuladas com as escolas estaduais de cada região**, integrando a política de cultura com a política educacional do estado;
- ⊗ **Utilizar as escolas estaduais como equipamentos culturais para o desenvolvimento de atividades culturais fora dos horários de aula**, visando a integração entre educação e cultura em toda a rede ensino do estado, focado em arte com educação e educação com arte;
- ⊗ **Implementar um cineclube em cada escola estadual**, realizando oficinas de formação e garantindo a infraestrutura e dotação orçamentária necessária para que as escolas possam viabilizar a manutenção dos equipamentos e a aquisição de materiais e insumos;
- ⊗ **Reativar o projeto Biblioteca Parque: reabrir as bibliotecas que fecharam, ampliar o horário de funcionamento das bibliotecas estaduais existentes e investir na construção de bibliotecas estaduais** em todas as regiões do estado (Metropolitana, Noroeste

Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);

- ⊗ **Recuperar o Teatro Municipal localizado na capital do estado,** dentro de uma política de promoção da música erudita em todo o estado;
- ⊗ **Apoiar e desburocratizar a realização de saraus, festivais e concursos populares** (música, teatro, dança, poesia, etc.), privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada região do estado (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Garantir a política de meia-entrada, sem reserva de vagas e monopolização através das carteirinhas de entidades.**
- ⊗ **Criar zonas livres para grafite em todas as regiões do estado;**

COMUNICAÇÃO

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Democratização da Comunicação**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Fomentar a comunicação como ferramenta de democratização da gestão pública**, garantindo a transparência na gestão estadual e o acesso do cidadão a todas as informações necessárias para o pleno exercício da cidadania;
- ⊗ **Integrar as ações e políticas de comunicação às demais políticas públicas do estado**, de forma a constituir arranjos que contribuam para o fortalecimento de políticas integradas;
- ⊗ **Contribuir para a ampliação da pluralidade e diversidade das fontes disponíveis de informação no estado**;
- ⊗ **Fortalecer os instrumentos de participação popular para definição, monitoramento e avaliação das políticas de comunicação do poder público**;
- ⊗ **Integrar os equipamentos de comunicação e cultura com unidades básicas de saúde, escolas estaduais, bibliotecas públicas e outros equipamentos estaduais**, viabilizando políticas integradas de desenvolvimento local em todas as regiões do estado (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Capacitar agentes de comunicação, como radialistas e monitores de telecentros, para que eles sejam impulsionadores de processos de desenvolvimento local**;
- ⊗ **Estabelecer mecanismos democráticos e transparentes para o investimento em publicidade oficial nos meios de comunicação**, buscando: a) tornar públicos os critérios de distribuição das verbas e a execução orçamentária; b) evitar pressões indevidas tanto por parte dos governos como por parte dos veículos; e c) garantir uma distribuição de recursos que não tome a medida de audiência como único critério, permitindo o investimento também em pequenos veículos;
- ⊗ **Criar uma agência de notícias do Governo do Estado** ou instrumentos similares que permitam reunir notícias de todas as áreas de governo, com distribuição eletrônica de boletim periódico;

- ⊗ **Implementar o Canal da Cidadania** (canal de televisão aberta estadual) promovendo a participação da sociedade civil no planejamento do funcionamento do canal;
- ⊗ **Criar uma política de divulgação e informação dos programas sociais do Governo do Estado** que dialoguem com os veículos comunitários e com espaços públicos como escolas, associações de bairro, etc;
- ⊗ **Contemplar a educomunicação e leitura crítica da mídia nas escolas estaduais**, estimulando a prática transversal do tema nos espaços escolares;
- ⊗ **Incentivar e promover experiências e projetos de educomunicação**, em parceria com organizações da sociedade civil, direcionados à população local;
- ⊗ **Construir um programa de formação em Educomunicação para os educadores das escolas estaduais**, possibilitando o conhecimento da metodologia e a apreensão e utilização crítica dos conteúdos midiáticos;
- ⊗ **Estimular e promover iniciativas voltadas para a Alfabetização Digital**, incluindo escolas, Lan Houses e programas de inclusão, possibilitando a apropriação e qualificação do uso da rede;
- ⊗ **Apoiar as rádios comunitárias localizadas no estado**, com a criação de um fundo para distribuição de verbas para suporte à estruturação, apoio técnico, capacitação, investimento em equipamentos e manutenção e funcionamento das mesmas;
- ⊗ **Apoiar o processo de instalação e desenvolvimento das rádios comunitárias no estado**, estabelecendo diálogos com o Ministério das Comunicações e com as associações que pleiteiam serviço de rádios comunitárias, especialmente no que se refere às questões técnicas do processo de instalação;
- ⊗ **Desenvolver Plano Diretor participativo de Radiodifusão Comunitária**, definindo o estabelecimento de áreas de execução no estado;
- ⊗ **Revisar a destinação das verbas publicitárias com vistas a garantir maior participação e pluralidade na comunicação do estado**, destinando verbas publicitárias institucionais a veículos de comunicação locais, sejam comerciais de pequeno porte ou alternativos e populares, organizados por distintos grupos, como associações de moradores, grupos de jovens, entidades comunitárias e coletivos de mulheres;

- ⊗ **Estabelecer uma política de financiamento e apoio às mídias populares e alternativas**, com editais públicos premiando com recursos a mídias populares e editais de fomento à criação e desenvolvimento de novos meios de comunicação populares e alternativos, ampliando o potencial produtivo destes públicos;
- ⊗ **Realizar periodicamente a Conferência Estadual de Comunicação**, espaço deliberativo para aprovação de diretrizes para políticas de comunicação para o município e para a atuação do conselho municipal de comunicação: a periodicidade deve dialogar com o processo nacional de realização da Conferência Nacional de Comunicação, que teve sua primeira edição realizada em 2009;
- ⊗ **Constituir um Conselho Estadual de Comunicação**, com maioria de representantes da sociedade civil, para formulação, implementação, fiscalização e monitoramento das políticas estaduais de comunicação;
- ⊗ **Criar Centrais Públicas de Comunicação – ou pontos de mídia –**, geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da sociedade civil local, que funcionem como espaços para produção cidadã e que estejam ligadas a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção, tendo por objetivo integrar os telecentros, rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais do estado.

MEMÓRIA E VERDADE

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Instituir um Política Estadual de Memória e Verdade**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Recuperar a função social de imóveis tradicionais que marcaram a história do estado como importantes referências culturais e hoje se encontram abandonados, desconfigurados ou subutilizados**, dando prioridade às cidades do interior do estado;
 - Tais imóveis serão restaurados e transformados em Centros de Cultura e Memória Popular para promover a produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, valorizar os artistas locais e preservar a história de cada região;
- ⊗ **Transformar locais marcados pelo legado autoritário da ditadura-militar ou pelo legado racista e colonialista da escravidão em espaços de memória (centros de cultura, memoriais, etc);**
- ⊗ **Alterar nomes de prédios e equipamentos públicos** que recordam pessoas, entidades e fatos relacionados ao legado autoritário da ditadura-militar ou ao legado racista e colonialista da escravidão;
- ⊗ **Ampliar os currículos escolares**, a fim de aprofundar o debate sobre o legado autoritário da ditadura-militar e o legado racista e colonialista da escravidão na rede estadual de ensino;
- ⊗ **Investir na formação dos professores das escolas estaduais como pesquisadores das histórias locais de suas regiões** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde);
- ⊗ **Organizar redes de Mestres Grios em cada região do estado** (Metropolitana, Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas, Serrana, Centro-Sul Fluminense, Médio Paraíba e Costa Verde), articuladas com as escolas e universidades locais, para promover a cultura popular e a troca de saberes;
- ⊗ **Criar a Comissão Estadual da Verdade da Democracia**, para recontar a história, preservar a memória, promover justiça e reparação, assim como, indicar as reformas institucionais necessárias para superar a atual cultura de violência institucional, focando em casos de execução sumária, desaparecimento forçado e tortura praticados por agentes públicos desde 1988;

- ⊗ **Criar a Comissão Estadual da Verdade, Memória e Justiça da Escravidão**, para recontar a história, preservar a memória, promover justiça e reparação, assim como, indicar as reformas institucionais necessárias para superar o legado racista e colonialista da escravidão;
- ⊗ **Criar o Fundo Estadual para Reparação Histórica e Humanitária para os Descendentes de Escravizados e Indígenas** (previsto pela Declaração de Durban, 2011);
- ⊗ **Apoiar e reconhecer as comunidades remanescentes de Quilombos e incorporar a memória e os sítios sagrados dos afrodescendentes e dos indígenas ao Patrimônio Histórico e Cultural da Estado;**
- ⊗ **Disponibilizar espaço e recurso para a criação de um centro indígena vivo**, plenamente autogestionado pelos indígenas, tendo como objetivo preservar a cultura indígena viva e não apenas registrada, sendo um ponto de referência para ensino da cultura e tecnologia dos povos originários;
- ⊗ **Rever as prioridades e conceitos dos processos de resgate arqueológico em áreas que vêm sendo objeto de grandes obras.**

LAZER

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Criar o Conselho Estadual de Lazer**, dando-lhes estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de lazer;
- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Lazer**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Elaborar, junto com as prefeituras de cada município, um plano para estimular o uso dos espaços públicos em todos os municípios do estado;**
- ⊗ **Elaborar, junto com as prefeituras de cada município, um plano que tenha como objetivo ampliar as áreas de lazer e descanso nos municípios do estado**, reconhecendo a importância de praças, parques e bosques, recuperando os espaços públicos perdidos e abrindo novas áreas nos bairros mais carentes desses equipamentos urbanos, aproveitando as garagens, quadras, armazéns e terrenos baldios das prefeituras e do Governo do Estado que estão abandonados, desconfigurados ou subutilizados;
- ⊗ **Realizar audiências públicas para deliberar com a sociedade civil os modelos de permissão que devem ser utilizados para desburocratizar as autorizações de uso do espaço público;**
- ⊗ **Priorizar pedestres e ciclistas nas políticas de mobilidade urbana;**
- ⊗ **Elaborar, junto com as prefeituras de cada município, um programa de reforma e adaptação das calçadas, praças, parques, veículos de transporte coletivo, prédios e equipamentos públicos para garantir o direito de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida (sejam idosos ou portadores de deficiências);**
- ⊗ **Instituir, em parceria com o INEA, uma política de informação *in loco* sobre as condições de banho (“própria” ou “imprópria”) das praias, rios e lagoas do estado;**
- ⊗ **Viabilizar, junto com a prefeitura da capital, a transformação e integração do Complexo Esportivo do Maracanã à Quinta da Boa Vista e a instalação do Parque Glaziou;**
- ⊗ **Planejar, junto com as prefeituras de cada município, o fechamento de vias urbanas em diferentes bairros da cidade para promover o lazer nos finais de semana em todos os municípios do estado;**

ESPORTE

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Criar o Conselho Estadual de Esporte**, dando-lhe estrutura e capacidade autônoma de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de esporte;
- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Esporte**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Realizar um levantamento dos equipamentos (bicicletas públicas, academia de terceira idade, etc.) e quadras esportivas existentes em cada município para medir a influência sobre os diferentes territórios** e desenvolver, junto com o Conselho Estadual de Esporte, políticas de recuperação e manutenção da rede existente, bem como de construção de novos equipamentos e quadras em regiões que ainda não foram beneficiadas;
- ⊗ **Reformar as quadras poliesportivas das escolas estaduais** que se encontram em condições precárias e construir quadras nas escolas que não tem equipamentos esportivos mas tem espaço físico para comportar quadras;
- ⊗ **Implementar um programa de incentivo e fomento que promova a revitalização dos clubes de bairro**, reavaliando as contrapartidas sociais e a questão das dívidas dos clubes para garantir às escolas estaduais o acesso aos equipamentos e instalações esportivas dos clubes e integrá-los às estratégias de desenvolvimento da educação física e do esporte de alto rendimento;
- ⊗ **Investir na ampliação de projetos sociais no Celio de Barros, no Julio Delamare e no Maracanãzinho;**
- ⊗ **Estabelecer um calendário estadual de competições esportivas nas diversas modalidades**, definindo uma estratégia de fortalecimento dos esportes amadores e do esporte de alto rendimento, integrando os clubes e as escolas estaduais;
- ⊗ **Criar uma coordenadoria do torcedor** para integrar os esforços pela garantia dos direitos do torcedor quanto a acesso, conforto, distribuição de ingressos e questões de segurança relativas aos eventos esportivos de maior porte;
- ⊗ **Traçar uma estratégia de reaproveitamento dos equipamentos olímpicos destinados aos Jogos de 2016** que estiverem localizados

em terrenos ou imóveis de propriedade do Governo do Estado, visando transformá-los em centros de desenvolvimento da educação física e formação de atletas de alto rendimento;

- ⊗ **Criar um centro de referência público de desenvolvimento do iatismo na Marina da Glória**, buscando parceria com os clubes existentes na Baía de Guanabara, a Marinha do Brasil, universidades e instituições dessa modalidade;
- ⊗ **Rever os termos de cessão para o administrador privado do estádio de remo**, visando a recuperação da gestão pública do espaço para treinamento e formação de atletas;
- ⊗ **Realizar uma auditoria completa do processo de privatização em curso do Complexo do Maracanã, visando a retomada da gestão pública e o resgate de seu caráter popular**, priorizando:
 - **Garantir uma cota de ingressos a preços acessíveis**, fixados de acordo com o salário mínimo nacional;
 - **Promover a reativação de setores populares**, atrás dos gols, sem cadeiras, como forma de ampliar a capacidade do estádio e permitir as manifestações festivas e as coreografias que sempre caracterizaram os jogos;
- ⊗ **Garantir o respeito do direito ao trabalho de comerciantes, ambulantes e camelôs no entorno dos complexos esportivos em dias de eventos.**

TURISMO

Prioridades e compromissos:

- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Turismo**, garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação, com o objetivo de integrar as políticas públicas voltadas para o turismo ao planejamento socioeconômico do estado;
- ⊗ **Fortalecer o Conselho Estadual do Turismo** dando-lhe estrutura e capacidade de avaliação, consulta e deliberação sobre as políticas públicas de turismo;
- ⊗ **Integrar a política de turismo com a política cultural;**
- ⊗ **Investir no potencial de ecoturismo do estado**, monitorando o impacto socioambiental sobre os roteiros existentes e mapeando novos circuitos;
- ⊗ **Criar roteiros turísticos e culturais alternativos**, integrando e valorizando cidades históricas que estão fora dos circuitos tradicionais do turismo no estado;
- ⊗ **Reforçar as atribuições da Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (TurisRio) como agência de disseminação de informação de interesse turístico;**
- ⊗ **Estimular a criação de equipamentos hoteleiros de baixo custo;**
- ⊗ **Criar uma regulamentação e promover incentivos para hospedagens domiciliares e o “cama-e-café”;**
- ⊗ **Ampliar os programas de apoio à utilização e frequência dos cidadãos fluminenses aos pontos turísticos do estado;**
- ⊗ **Intensificar a fiscalização e o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas áreas de interesse turístico.**

PROTEÇÃO AOS ANIMAIS

- ⊗ **Instituir um Plano Estadual de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais** garantindo a participação ampla, direta e descentralizada da sociedade ao longo de todo o processo de elaboração e implantação;
- ⊗ **Criar uma Subsecretaria de Estado de Promoção e Defesa dos Direitos dos Animais**, integrando sua estrutura diretamente à Secretaria de Estado do Ambiente, com atribuições de produção de dados e participação nos processos de planejamento socioambiental das diferentes regiões do estado;
- ⊗ **Elaborar, junto com as prefeituras, planos para transformar os jardins zoológicos localizados no estado em centros públicos de reabilitação, conservação e pesquisa da fauna silvestre nativa;**
- ⊗ **Garantir o co-financiamento de programas de castração móvel nos municípios do estado**, com consultórios volantes em complemento aos centros de esterilização gratuita, levando esse serviço a toda as regiões do estado de forma planejada e crescente;
- ⊗ **Proibir o uso de câmaras de gás para eutanásia de animais doentes ou sadios no estado;**
- ⊗ **Proibir o uso de qualquer método para eutanásia de animais sadios ou com doenças tratáveis recolhidos em vias públicas no estado;**
- ⊗ **Proibir a realização de testes em animais voltados para o mercado de cosméticos no estado;**
- ⊗ **Proibir a utilização de animais em apresentações circenses ou espetáculos similares no estado;**
- ⊗ **Disponibilizar nas instituições públicas e privadas de ensino básico e superior do estado**, tecnologias de ensino que dispensem a vivisseção e o emprego de animais vivos, como por exemplo, vídeos, softwares, modelos artificiais, chip e simulações;
- ⊗ **Planejar o progressivo banimento do uso de animais em veículos de tração e carga**, promovendo a capacitação dos trabalhadores de carroças e charretes e investindo na adoção de tecnologias de transporte que substituam os animais;
- ⊗ **Aumentar a rede de centros de esterilização**, qualificando sua infraestrutura e possibilitando a distribuição de materiais de higiene e saúde para os defensores dos animais;

- ⊗ **Ampliar a rede de hospitais veterinários públicos que prestam serviço de atendimento a emergências, doenças graves e outros tratamentos não disponíveis nas clínicas veterinárias privadas;**
- ⊗ **Incentivar projetos de educação ambiental para a defesa dos direitos dos animais**, bem como campanhas de conscientização contra o abandono de animais, pela necessidade da castração e pela necessidade de se denunciar maus-tratos e abandono;
- ⊗ **Criar programas de acolhimento de animais resgatados de abandono e maus-tratos;**
- ⊗ **Criar projetos de assistência social, econômica e educacional ao segmento de protetores de animais em situação de vulnerabilidade**, principalmente nas favelas e em áreas próximas a unidades de conservação ambiental;
- ⊗ **Fortalecer os projetos de pesquisa e de observação de animais em vida livre;**
- ⊗ **Criar um sistema de informações voltado para o combate aos crimes contra os animais.**